

**Transmissora Aliança de Energia Elétrica
S.A.**

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2011 e
2010

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório da Administração	3 - 27
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	28 - 30
Balancos patrimoniais	31
Demonstrações de resultados	32
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	33
Demonstrações dos fluxos de caixa	34
Demonstrações do valor adicionado	35
Notas explicativas às demonstrações financeiras	36 - 138

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 8 de março de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Luiz Carlos de Carvalho
Contador CRC 1 SP-197193/O-6 “S” RJ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. OUTROS INVESTIMENTOS – NÃO CIRCULANTE
7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS
10. TRIBUTOS DIFERIDOS
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS
12. INVESTIMENTOS
13. INTANGÍVEL
14. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
16. DEBÊNTURES
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
18. PROVISÕES
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
21. DIVIDENDOS A RECEBER E DIVIDENDOS A PAGAR
22. PARTES RELACIONADAS
23. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
25. RESULTADO POR AÇÃO
26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
27. RECEITA E DESPESAS FINANCEIRAS
28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS
29. OUTRAS INFORMAÇÕES
30. EVENTOS SUBSEQUENTES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil.

A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN);
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (i) estudos e atividades de planejamento; (ii) Análises químicas em materiais e equipamentos; (iii) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento; (iv) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (v) suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam uma melhor utilização e valorização das redes, estruturas, recursos e competências agregados;
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades;
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, e operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladoras diretas - a Companhia tem como controladores a Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), sociedade anônima de capital aberto e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - 56,69%, e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu - 38,59%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Controladas controlada em conjunto - a Companhia possui participação societária nas seguintes entidades:

	PARTICIPAÇÃO	
	2011	2010
<u>Controladas</u>		
NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A	100,00%	-
<u>Controladas em conjunto</u>		
UNISA - União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A	50,00%	-
ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A	52,58%	52,58%
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	38,66%	38,67%



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Abaixo se encontram descritas as concessões do Grupo TAESA, cuja finalidade é a de operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de eletricidade e para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do sistema interligado (Sistema Interligado Nacional-SIN) por um período de 30 anos.

	CONCESSÕES	AQUISIÇÃO	CONTRATO DE CONCESSÃO	INÍCIO DA CONCESSÃO	TÉRMINO DA CONCESSÃO	LOCALIDADES DAS SUBESTAÇÕES	EXTENSÃO/TENSÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO	
TAESA	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A.	06/06/2006	097/2000	20/12/2000	20/12/2030	Serra da Mesa I - GO Serra da Mesa II - GO Rio das Éguas - BA Bom Jesus da Lapa - BA Ibicoara - BA Sapeaçu - BA Sapeaçu - BA	1.062 km 7 km	500 kV 230kV
	Munirah - Transmissora de Energia S.A.	31/03/2006	006/2004	18/02/2004	18/02/2034	Sapeaçu - BA Camaçari - BA	107 km	500 kV
	Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A	30/11/2007	001/2002	21/01/2002	21/01/2032	Goianinha - PE Mussurê - PB Paraíso - RN	51 km	230 kV
	Patesa - Paraíso Açu Transmissora de Energia S.A	30/11/2007	087/2002	11/12/2002	11/12/2032	Açu - RN	135 km	230 kV
	Novatrans Energia S.A.	06/06/2006	095/2000	20/12/2000	20/12/2030	Imperatriz - MA Colinas - TO Miracema - TO Gurupi - TO Serra da Mesa - GO Samambaia - DF	1.278 km	500 kV
ETEO	ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S. A.	31/05/2008	040/2000	12/05/2000	12/05/2030	Taquaraçu - SP Assis - SP Sumaré - SP	502 km	440 kV
NTE	Nordeste Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	002/2002	21/01/2002	21/01/2032	Campina Grande II - PB	186 km	230 kV
						Angelim - PE Xingó - SE	197 km	500 kV
ETAU	ETAU - Empresa de TransmissãoAlto Uruguai S. A.	28/12/2007	082/2002	18/12/2002	18/12/2032	Campos Novos - SC Barra Grande - SC Lagoa Vermelha - RS Santa Marta - RS	188 km	230 kV
BRASNORTE	Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	17/09/2007	003/2008	17/03/2008	17/03/2038	Juba - MT Jauru - MT Brasnorte - MT Nova Mutum - MT	382 km	230 kV
UNISA	STE - Sul Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	081/2002	19/12/2002	19/12/2032	Maçambará (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), Uruguaiana (RS)	389 km	230 kV
	ATE Transmissora de Energia S.A.	30/11/2011	003/2004	18/02/2004	18/02/2034	Londrina (PR), Assis (SP), Araraquara (SP)	370 km	525 kV
	ATE II Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	011/2005	15/03/2005	15/03/2035	Colinas do Tocantins (TO), Ribeiro Gonçalves (PI), São João do Piauí (PI), Sobradinho (BA)	942 km	500 kV
	ATE III Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	001/2006	27/03/2006	27/03/2036	Colinas do Tocantins (TO), Marabá (PA), Parauapebas (PA)	359 km 95 km	500 kV 230 kV
TOTAL							6.250 Km	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2010 as controladas Novatrans Energia S.A. (Novatrans), TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A. (TSN), ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A. (ETEO) e Taesa Serviços Ltda (Taesa Serviços), foram incorporadas à Companhia, conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data.

2 AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS

Em 30 de novembro de 2011, nos termos dos dois acordos de compra e venda de ações celebrados com a Abengoa, a Taesa adquiriu participações no capital social de empresas de transmissão de propriedade da Abengoa, como detalhado abaixo pelo montante total de R\$ 1.162.887.

Um dos acordos é o de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 100% das ações do capital votante da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2001 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que opera 383 quilômetros de linhas de transmissão, sendo 197 km de 500kV e 186 km de 230kV e tem uma RAP de R\$ 109,1 milhões para o ciclo de 2011/2012.

O outro acordo é o de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 50% das ações do capital votante da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A - UNISA (anteriormente Abengoa Participações S.A.), empresa que tem como objeto social a participação no capital social de sociedades prestadoras de serviço público e privado de transmissão de energia elétrica, que em 30 de novembro de 2011, detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III.

O valor do patrimônio líquido da NTE era R\$290.115 e o da UNISA era R\$ 792.813 na data de aquisição.

Os ativos operacionais adquiridos são todos da categoria 2 de concessões (que não estão sujeitos a revisão tarifária, portanto, o Grupo considera que irá se beneficiar de ganhos de eficiência) e que consistem de 2.538 km de linhas de transmissão.

O Grupo espera que as aquisições irão complementar os ativos operacionais existentes, expandindo a área geográfica de operações, aumentando a RAP em cerca de 30% (considerando o ciclo de RAP 2010/2011), e a quota de mercado de 6,48% para 8,61% em termos de RAP (considerando o ciclo 2010/2011) de acordo com medidas internas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição do controle dessas Companhias, assim como o ágio gerado, foram reconhecidos através do método de aquisição e estão demonstrados a seguir:

Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição, participações não controladoras e ágio gerado na aquisição

	Valores justos reconhecidos na aquisição	Valores justos reconhecidos na aquisição
	NTE	UNISA
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	21.768	393.394
Contas a receber de clientes	450.259	2.285.166
Outros ativos	57.424	413.700
Intangíveis	2.574	-
	<u>532.025</u>	<u>3.092.260</u>
Passivos		
Contas a pagar a fornecedores e outras	(30.457)	(286.198)
Empréstimos e financiamentos	(100.594)	(998.718)
Impostos diferidos passivos	(64.871)	(207.868)
	<u>(195.922)</u>	<u>(1.492.784)</u>
Total dos ativos identificáveis, líquidos	<u>336.103</u>	<u>1.599.476</u>
Participações não controladoras (%)	0%	50,00%
Efeito das participações não controladoras	-	799.738
Participação TAESA (%)	100,00%	50,00%
Efeito da participação TAESA	336.103	799.738
Ágio na aquisição registrado	-	-
Total da contraprestação	336.103	799.738
Valor pago e a pagar referente à aquisição	336.103	799.738

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Devido as características do setor de transmissão, as empresas adquiridas pela TAESA (NTE e UNISA) enquadram-se contabilmente na Interpretação Técnica ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão.

Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela ANEEL e que os contratos de concessão estabelecem um direito contratual incondicional de receber caixa sem qualquer risco de demanda (através da RAP-Receita Anual Permitida), identificamos e avaliamos o valor justo de cada Ativo Financeiro adquirido das respectivas empresas com base no que dita a interpretação ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão, para fins de atendimento ao pronunciamento CPC 15(R1) – Combinações de Negócios. Desta forma, os Ativos Financeiros das Empresas foram avaliados com base na metodologia do Income Approach, conforme detalhado adiante nesse relatório.

3 BASE DE PREPARAÇÃO

3.1. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Grupo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 07 de março de 2012.

3.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 7 - Principais premissas utilizadas para as projeções do fluxo de caixa descontado.
- Nota 9 - Utilização de prejuízos fiscais e impostos e contribuições diferidos
- Nota 10 - Tributos diferidos
- Nota 18 - Provisões e contingências.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

a. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle o Grupo leva em consideração os direitos de voto potenciais que são atualmente exercíveis.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como o valor da contraprestação transferida mais o montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Os custos de transação, exceto os custos relacionados a emissão de instrumentos de dívida, que o Grupo incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos.

b. Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle e controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle e controle compartilhado, deixam de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Tanto nas informações individuais da controladora quanto nas informações consolidadas do Grupo foram considerados apenas 01 (um) mês de resultado das controlada adquirida NTE e controlada em conjunto UNISA, em 30 de novembro de 2011.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais o Grupo possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

As principais eliminações no processo de consolidação bem como os percentuais considerados para as controladas e controladas em conjunto foram os seguintes:

- Eliminação do investimento da controladora nas suas controladas e controladas em conjunto;
- Eliminação de transações e dos saldos das contas entre a controladora e suas controladas e controladas em conjunto, bem como contas mantidas entre as mesmas;
- A controlada em conjunto ETAU é consolidada proporcionalmente (52,5838%) desde 31 dezembro de 2007;
- A controlada em conjunto Brasnorte é consolidada proporcionalmente (38,6645%) a partir de 01 de agosto de 2011 (ver nota explicativa nº 29);
- A controlada em conjunto UNISA é consolidada proporcionalmente (50%) a partir de 30 novembro de 2011 (ver nota explicativa nº 2);
- A controlada NTE é consolidado integralmente (100%) a partir de 30 novembro de 2011 (ver nota explicativa nº 2).

c. Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é uma operação na qual cada empreendedor utiliza seus próprios ativos com o objetivo das operações em conjunto. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os ativos que o Grupo controla e os passivos nos quais ele incorre durante o curso das atividades visando a operação conjunta, e as despesas nas quais o Grupo tenha incorrido e sua participação nas receitas que aufera da operação conjunta.

4.2 Moeda estrangeira

a. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior, excluindo as operações em economias hiperinflacionárias, são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b. Hedge (proteção) de investimento líquido em operação estrangeira

O Grupo utiliza instrumentos de proteção (*hedge*) para diferenças de moedas estrangeiras oriunda entre a moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real).

Diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão de um passivo financeiro designado como *hedge* de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas no resultado.

4.3 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

- (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e
- (ii) empréstimos e recebíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O Grupo reconhece um ativo financeiro decorrente de contratos de concessão quando possui um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente ou da parte por ele indicada para os serviços de construção ou melhorias prestados. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e classificados como empréstimos e recebíveis. Subsequente ao reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

b. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos e debêntures.

c. Capital social

(i) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Dividendos Adicionais Propostos são reconhecidos no patrimônio líquido quando da aprovação da Administração da Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

d. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras do contrato de financiamento com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), conforme nota explicativa nº 17.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações são contabilizadas no resultado (na rubrica resultado financeiro).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Embora o Grupo faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos está divulgado na nota explicativa nº 17.

4.4 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

São registrados nessa conta somente os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão.

b. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

As taxas de depreciação utilizadas para a depreciação dos itens de imobilizado são as seguintes:

- Edifícios - 4%
- Máquinas e equipamentos - 7 a 10%
- Edificações, obras civis e benfeitorias - 4%
- Móveis e utensílios - 10%
- Veículos - 20%
- Intangíveis - Softwares - 20%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro.

4.5 Intangível

Os ativos intangíveis compreendem:

- Ágio incorporado pela aquisição da controlada Munirah, que é mensurado pelo custo líquido da amortização acumulada. O ágio é classificado como de rentabilidade futura e sofre testes anuais de *impairment*.
- Intangível de concessão referente à alocação do valor de aquisição da controlada NTE já considerando o valor alocado no ativo financeiro e o registro dos impostos diferidos.
- Softwares - mensurados pelo custo total de aquisição, menos despesas de amortização; e
- Marcas e patentes - registradas pelo custo de aquisição;

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4.6 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

a. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sobre condições de que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

c. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.8 Receita operacional

Contratos de construção - A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro da concessão até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata levando em consideração a taxa de retorno de cada investimento;
- Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido;
- Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional (receita de reforço). Considerando que estes serviços serão realizados por terceiros o Grupo não apura margem de construção.

4.9 Subvenção e assistência governamentais

As subvenções que visem compensar o Grupo por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

Os valores registrados no resultado serão destinados à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

4.10 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures, notas promissórias, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis) e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimo que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.11 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Quanto ao imposto diferido, foi calculado em relação à diferença de lucro tributável verificada pela aplicação das novas práticas contábeis. O ativo imobilizado relativo ao contrato de concessão foi reclassificado para o custo de construção da linha de transmissão, e foi constituída uma rubrica de ativo financeiro onde se registrou o saldo da receita do contrato de concessão e sua atualização, retroativamente a 1º de janeiro de 2009 (data da adoção inicial dos CPC).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Estando a Companhia sujeita ao Regime Tributário de Transição (RTT), deve eliminar os ajustes decorrentes da Lei 11.638/07 e diversos CPCs, de forma a restabelecer as regras vigentes até 31 de dezembro de 2007. Dessa forma, comparando o método novo e o antigo, a diferença (a maior) na receita reconhecida no resultado foi considerada como base de cálculo para o imposto diferido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, entre o exercício anterior e o respectivo período.

4.13 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, sendo estas:

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros (a)
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (e)
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (b)
- IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos (b)
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (b)
- IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo (b)
- Modificações à IAS 12 - Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos Subjacentes (d)
- Modificações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros – Apresentação (b)
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (b)
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (b)
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “*Joint Ventures*” (b)

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de julho de 2011.
- (b) 1º de janeiro de 2013.
- (c) 1º de julho de 2012.
- (d) 1º de janeiro de 2012.
- (e) 1º de janeiro de 2015.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2011. É esperado que nenhum desses novos *Standards* tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras do Grupo exceto pelo IFRS 9 “*Financial Instruments*”, que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo, e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais podem ter impacto nas entidades atualmente consolidadas e consolidadas proporcionalmente pelo Grupo. O Grupo não espera adotar esse *Standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.15 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

- Contratos de câmbio a termo e *swaps* de taxas de juros

O valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado no preço de mercado listado, caso disponível. Caso um preço de mercado listado não esteja disponível, o valor justo é estimado descontando da diferença entre o preço a termo contratual e o preço a termo corrente para o período de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos).

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	34.178	1.115	290	544
Aplicações financeiras	467.585	413.463	271.112	409.791
	501.763	414.578	271.402	410.335

As aplicações financeiras são contratadas com instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, à preço e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros até a data do balanço.

A seguir, apresentamos a composição da carteira de aplicações financeiras:

Aplicações Financeiras	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
<u>Pampulha Referenciado DI</u>				
<u>Crédito Privado - Fundo de Investimento:</u>				
CDB	110.423	85.309	109.492	85.106
LFT	27.663	157.267	27.430	156.892
LTN-O	27.258	-	27.028	-
NTN	521	143.455	517	143.114
Debêntures	54.644	-	54.183	-
LF	46.639	-	46.245	-
Outros	6.271	24.738	6.218	24.679
<u>Outros bancos:</u>				
CDB	187.160	2.694	-	-
Debêntures	7.006	-	-	-
	467.585	413.463	271.112	409.791

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No mês de abril de 2011, o fundo de investimento NVT Referenciado DI Crédito Privado – Fundo de Investimento, usado para aplicação do caixa remanescente da Companhia, teve seu nome alterado para Pampulha Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento, com mudança da sua estrutura de gestão, conforme descrito abaixo:

	Anterior	Atual
Administrador	Banco Itaucard	Votorantim DTVM
Gestão	Itaú Unibanco	Votorantim DTVM
Custódia e Controladoria	Itaú Unibanco	Banco Bradesco

Essa mudança possibilitou uma redução da taxa de administração do fundo sem, no entanto, alterar sua política de investimento e sua carteira de ativos.

A Companhia e sua controlada em conjunto Brasnorte são quotistas do fundo de investimento Pampulha Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento.

O Fundo de Investimento possui demonstrações financeiras auditadas, considerando o exercício social com início em 1º de novembro de cada ano e término em 31 de outubro do ano subsequente, e está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

Os recursos do Fundo de Investimento poderão ser resgatados a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 24.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6 OUTROS INVESTIMENTOS - NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
<u>Pampulha Referenciado DI</u>				
<u>Crédito Privado - Fundo de</u>				
<u>Investimento:</u>				
CDB	-	6.098	-	6.098
LFT	-	11.242	-	11.242
NTN	-	10.255	-	10.255
Outros	-	1.768	-	1.768
<u>Outros bancos:</u>				
CDB	11.069	1.837	-	-
Debêntures	2.806	-	-	-
CM-Reinvestimento	2.298			
Fundo Bradesco - Depósito Vinculado	-	31.635	-	31.635
Outros	42.386			
	58.559	62.835	-	60.998

As aplicações financeiras à longo prazo referem-se basicamente aos saldos vinculados mantidos pelas concessões NTE e ETAU para garantia do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Com relação às aplicações registradas na linha de “Outros” - R\$ 42.386, os saldos referem-se às aplicações da controlada em conjunto UNISA compostos de conta reserva oriundas do empréstimo com o BID, fundos de renda fixa e aplicações compromissadas.

Em 6 de janeiro de 2011 o BNDES liberou os recursos, relativos às concessões TSN e NVT, mantidos pela Companhia em contas de aplicação financeira de longo prazo, em virtude dos empréstimos com o BNDES terem sido liquidados pela Companhia em dezembro de 2010.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 24.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

7 CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
Clientes	138.187	88.004	97.851	85.860
Ativo Financeiro	5.035.924	3.312.077	3.240.574	3.122.785
	5.174.111	3.400.081	3.338.425	3.208.645
Circulante	958.731	630.356	678.404	613.894
Não Circulante	4.215.380	2.769.725	2.660.021	2.594.751
	5.174.111	3.400.081	3.338.425	3.208.645

CLIENTES	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
CLASSE DE CONSUMIDOR				2011	2010
<u>Consolidado</u>					
Industrial (a)	4.543	733	4.161	9.437	4.776
Suprimento a Outras Concessionárias (b)	117.703	28	13.366	131.098	86.230
Comércio, Serviços e Outros (c)	(3.700)	1.352	-	(2.348)	(3.002)
	118.546	2.114	17.527	138.187	88.004
<u>Controladora</u>					
Industrial (a)	3.345	493	3.025	6.863	4.674
Suprimento a Outras Concessionárias (b)	93.262	1	1.339	94.602	84.126
Comércio, Serviços e Outros (c)	(3.614)	-	-	(3.614)	(2.940)
	92.993	494	4.364	97.851	85.860

(a) Consumidores livres (indústrias)

(b) Geradoras, transmissoras e distribuidoras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (c) Refere-se à provisão para os desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia no exercício de 2011, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, deverão ser cobrados no exercício de 2012, e contas a receber de compartilhamento das subestações da ATE II com as empresas IENNE – Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A., Iracema Transmissora de Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - ELETRONORTE.

Ativo financeiro - Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia apresentava recebíveis de concessão de serviços no montante de R\$ 5.035.924 (R\$ 3.212.077 em 31 de dezembro de 2010), representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. Os juros incorridos desde o início da construção foram de R\$ 4.258.601.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 5,68% e 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

No exercício de 2011 a Companhia registrou uma receita de remuneração de recebíveis de concessão de R\$ 761.233 (R\$ 553.573 em 31 de dezembro de 2010) - vide nota explicativa 26.

ATIVO FINANCEIRO	PARTICIPAÇÃO	2010	ADICÃO	JUROS	RECEBIMENTOS	2011
<u>CONSOLIDADO</u>						
TSN	100,00%	1.156.928	1.966	264.863	(224.353)	1.199.404
ETEO	100,00%	490.670	43	99.771	(90.955)	499.529
NVT	100,00%	1.475.187	167	344.480	(278.192)	1.541.642
ETAU	52,58%	92.662	-	14.611	(9.406)	97.867
BRASNORTE	38,67%	96.630	1.275	13.837	(6.746)	104.996
NTE	100,00%	-	450.259	5.275	(7.047)	448.487
UNISA	50,00%	-	1.147.419	9.369	(12.788)	1.144.000
TOTAL		3.312.077	1.601.128	752.205	(629.486)	5.035.925
<u>CONTROLADORA</u>						
TSN	100,00%	1.156.928	1.966	264.863	(224.353)	1.199.404
ETEO	100,00%	490.670	43	99.771	(90.955)	499.529
NVT	100,00%	1.475.187	167	344.480	(278.192)	1.541.642
TOTAL		3.122.785	2.176	709.113	(593.500)	3.240.574

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Acordo de concessão de serviços

O Grupo, por meio das concessões TSN, ETEO, Novatrans, Brasnorte, ETAU, NTE, ATE, ATE II, ATE III e STE, assinou contratos de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão conforme descrito na Nota Explicativa N° 1.

Abaixo se encontram as principais características desses contratos de concessão assinados entre as concessionárias do Grupo e a ANEEL:

Receita Anual Permitida - A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo IGP-M (TSN, GTESA, PATESA, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II e STE) e IPCA (Brasnorte e ATE III).

Ativo financeiro indenizável - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do art. 33 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, alterado pelo art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, após finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias junto ao órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se ainda às exigências dos órgãos ambientais dos estados, onde serão implantadas as linhas de transmissão.

Faturamento da Receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustada e revisada anualmente. A partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% (cinquenta por cento) do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo final da concessão. No caso da concessão Brasnorte não há decréscimo do faturamento no 16º (décimo sexto) ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Parcela Variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 06 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% (dois por cento) do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do auto de infração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na Lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o poder concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

Renovação ou rescisão - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Estrutura de formação da Receita Anual Permitida (RAP)

As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão (DIT), que não pertencem à Rede Básica, é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Esta remuneração não varia com a sua disponibilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir encontra-se a composição da receita das concessionárias de acordo com as Resoluções emitidas pela ANEEL:

- Ciclo 2011-2012 - RAP no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012
- Resolução Homologatória Aneel nº 1.171 de 28 de junho de 2011:

CICLO 2011-2012	RAP RBL	RAP RBNI	RAP RBNI FR	RAP RBL FR	RPEC DIT	RCDM DIT	PA APURAÇÃO
TSN	336.971	9.257	-	-	-	-	(2.866)
MUNIRAH	26.008	-	-	-	-	-	127
GTESA	6.340	-	-	-	-	-	(53)
PATESA	15.226	-	-	-	-	-	62
NOVATRANS	370.484	-	-	-	-	-	(3.073)
ETAU (a)	14.261	75	1.238	-	-	680	(326)
ETEO	125.354	-	-	-	-	-	(1.040)
BRASNORTE (a)	6.583	821	-	661	33	-	50
STE (a)	28.397	718	-	-	-	-	347
ATE (a)	53.104	-	-	-	-	-	218
ATE II (a)	80.834	-	-	-	-	-	395
ATEIII (a)	37.091	819	-	-	-	-	139
TOTAL	1.100.653	11.690	1.238	661	33	680	(6.020)

- Ciclo 2010-2011 - RAP no período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.021 de 29 de junho de 2010:

Ciclo 2010-2011	RAP RB	RAP RBF	RAP DIT	RPEC	PA APURAÇÃO
TSN	315.383	-	-	-	(2.439)
MUNIRAH	23.029	-	-	-	(196)
GTESA	5.775	-	-	-	(49)
PATESA	13.505	-	-	-	(115)
NOVATRANS	337.500	-	-	-	(2.495)
ETAU (a)	12.721	1.163	623	-	(372)
ETEO	114.194	-	-	-	(972)
BRASNORTE (a)	6.021	604	-	30	189
TOTAL	828.128	1.767	623	30	(6.449)

(a) Valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Onde:

- RAP - RBL – Rede Básica Licitada
- RAP - RBNI – Rede Básica Novas Instalações
- RAP - RBNI FR – Rede Básica Novas Instalações - Fronteira
- RAP - RBL FR – Rede Básica Licitada – Fronteira
- RPEC - DIT - Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas - Demais Instalações de Transmissão
- RCDM - DIT – Receita das Demais Instalações de Transmissão
- RAP - RB - Receita Básica;
- RAP - RBF - Receita Básica de Fronteira;
- RAP - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão;
- PA - APURAÇÃO - Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2009-2010/2010-2011).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
Ativo				
IRPJ e CSLL antecipados	1.749	649	1.643	370
PIS e COFINS a compensar (a)	33.081	5.252	2.982	5.247
IRPJ e CSLL a compensar (b)	17.112	868	7.619	868
Imposto de renda retido na fonte (c)	2.828	19.252	1.957	19.061
IR, CSLL, PIS, COFINS - Lei nº 10.833/03 (d)	5.075	1.759	1.449	1.725
Outros (e)	1.554	3.709	219	3.709
	61.399	31.489	15.869	30.980
Passivo				
IRPJ e CSLL correntes (f)	4.066	7.453	566	7.036
PIS e COFINS	3.966	2.516	2.424	2.426
INSS e FGTS	2.744	1.123	854	1.091
ISS	1.025	848	85	268
CSLL, COFINS E PIS - Lei nº 10.833	184	244	72	143
ICMS	418	120	222	100
Outros (g)	1.558	4.164	542	3.820
	13.961	16.468	4.765	14.884

(a) Refere-se ao crédito de PIS e COFINS apurado pelo regime não cumulativo, calculados à alíquota de 9,25% sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços oriunda das atividades da Taesa Serviços e da UNISA (ATE II e III), bem como créditos de PIS e COFINS oriundos de recolhimentos efetuados a maior pela TSN e pela UNISA (ATE) em períodos anteriores.

(b) Refere-se ao saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados pela UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE) e NTE nos anos-calendário de 2006 a 2011, pela Taesa no ano-calendário de 2009, TSN apurado no ano-calendário de 2008 e pela ETEO, Novatrans, Alterosa e Brasnorte no ano-calendário de 2010.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (c) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras pela TAESA e UNISA (ATE II, ATE III e STE) no decorrer do ano-calendário de 2011.
- (d) Referem-se aos impostos e contribuições sociais (IR, CSLL, PIS e COFINS) retidos na fonte sobre os serviços prestados aos órgãos e entidades da administração pública pela TAESA e UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE) no decorrer do ano-calendário de 2011.
- (e) Refere-se basicamente ao INSS recolhido indevidamente pela Novatrans e Taesa Serviços nos anos-calendário de 2008 e 2009, bem como pagamentos indevidos ou a maior efetuados pela UNISA.
- (f) Refere-se à provisão de IRPJ e CSLL, a qual contempla as antecipações mensais calculadas com base em balanços de suspensão ou redução pela TAESA, NTE, Brasnorte e UNISA, bem como a provisão de IRPJ e CSLL apurada pela ETAU calculada com base no regime do lucro presumido.
- (g) Refere-se basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre a folha de pagamento e de terceiros a recolher pela TAESA, Brasnorte, ETAU, NTE e UNISA, bem como à CIDE sobre remessas ao exterior da UNISA (ATE e ATE III).

9 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
Ativo				
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio (a)	557.138	581.025	557.138	581.025
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - RTT (b)	47.824	20.882	12.028	18.797
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais (b)	14.487	36.757	3.156	36.757
	619.449	638.664	572.322	636.579
Passivo				
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - RTT	345.716	170.635	244.745	170.635

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(b) Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia indicam a recuperação dos impostos diferidos reconhecidos sobre o prejuízo fiscal, base de cálculo negativa de CSLL e diferenças temporárias, e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia em seu mercado de atuação.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e CVM nº 349/01. Conforme determinação da ANEEL, os valores são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa.

Baseado nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, elaborados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação dos créditos tributários não circulantes nos seguintes exercícios:

EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO	2012	2013	Após 2013	TOTAL
<u>Ágio</u>				
Imposto de Renda	17.892	20.694	371.074	409.660
Contribuição Social	6.441	7.450	133.587	147.478
	24.333	28.144	504.661	557.138
<u>Prejuízos fiscais</u>				
Imposto de Renda	10.652	-	-	10.652
Contribuição Social	3.835	-	-	3.835
	14.487	-	-	14.487
<u>Outras diferenças temporárias</u>				
Imposto de Renda	35.165	-	-	35.165
Contribuição Social	12.659	-	-	12.659
	47.824	-	-	47.824
	86.644	28.144	504.661	619.449

As Administrações da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjunto elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. Os referidos estudos foram aprovados pelo Conselho de Administração (vide nota explicativa nº 30).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

De acordo com o art. 510 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	BASE DE CÁLCULO	2011			2010		
		IRPJ	CSLL	TOTAL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Consolidado							
Amortização ágio Taesa Atlântico	-	-	-	-	3.371	1.213	4.584
Amortização ágio Taesa Atlântico – Prov.Integr. PL	-	-	-	-	6.543	2.355	8.898
Variação Cambial Passiva - Regime Caixa	93.929	23.482	8.454	31.936	-	-	-
Provisão contingências	1.471	368	132	500	-	-	-
Provisão P&D	1.341	335	121	456	-	-	-
Rateio antecipação e Parcela de Ajuste	28.026	7.006	2.523	9.529	1.166	420	1.586
Provisão gratificação de empregados	-	-	-	-	91	33	124
Provisão para fornecedores	175	44	16	60	351	126	477
Provisão para parcela variável	3.821	956	343	1.299	735	265	1.000
Tributos com exigibilidade suspensa	112	28	10	38	28	10	38
Ajustes Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	11.782	2.946	1.060	4.006	3.068	1.107	4.175
Total do ativo		35.165	12.659	47.824	15.353	5.529	20.882
Variação Cambial Ativa - Regime Caixa	139.055	34.764	12.515	47.279	-	-	-
Ajustes da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	877.755	219.439	78.998	298.437	125.467	45.168	170.635
Total do passivo		254.203	91.513	345.716	125.467	45.168	170.635
Controladora							
Amortização ágio Taesa Atlântico	-	-	-	-	3.371	1.213	4.584
Amortização ágio Taesa Atlântico – Prov.Integr. PL	-	-	-	-	6.543	2.355	8.898
Rateio antecipação e Parcela de Ajuste	27.762	6.941	2.499	9.440	1.129	406	1.535
Provisão gratificação de empregados	-	-	-	-	91	33	124
Provisão para fornecedores	161	40	14	54	342	123	465
Provisão para parcela variável	3.614	904	325	1.229	735	265	1.000
Tributos com exigibilidade suspensa	112	28	10	38	28	10	38
Ajustes Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	3.727	932	335	1.267	1.583	570	2.153
Total do ativo		8.845	3.183	12.028	13.822	4.975	18.797
Ajustes da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	719.839	179.958	64.787	244.745	125.467	45.168	170.635
Total do passivo		179.958	64.787	244.745	125.467	45.168	170.635

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10 TRIBUTOS DIFERIDOS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
<u>Ativo</u>				
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias - RTT	<u>381</u>	<u>729</u>	<u>569</u>	<u>729</u>
<u>Passivo</u>				
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias - RTT	<u>188.237</u>	<u>93.378</u>	<u>87.875</u>	<u>84.922</u>

11 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
Cíveis (a)	3.118	1.439	1.243	1.244
Fiscais (b)	6.388	2.012	2.227	2.012
Trabalhistas	<u>275</u>	<u>128</u>	<u>129</u>	<u>129</u>
	<u>9.781</u>	<u>3.579</u>	<u>3.599</u>	<u>3.385</u>

(a) Cíveis - Refere-se aos depósitos efetuados pela ETEO, Novatrans, TSN e Taesa Serviços, ETAU, Brasnorte, NTE e UNISA relativos aos processos de faixa de servidão. Não foi constituída provisão para contingências, haja vista que a expectativa de perda nesses processos é remota.

(b) Fiscais

- Contribuição previdenciária - Mandado de segurança impetrado pela TSN visando a obtenção de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos pelo INSS. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito foi efetuado exclusivamente para obtenção de certidão negativa e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 727.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Contribuições ao PIS e à COFINS - Embargos à Execução Fiscal interposto pela TSN em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário de 2001. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 514.
- IPI - Ação anulatória de débito fiscal de IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 771.
- ICMS - Ação anulatória de débito fiscal de ICMS com pedido de antecipação de tutela proposta pela Taesa Serviços em face da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 215.
- Contribuições ao PIS e à COFINS - Embargos à Execução Fiscal interposto pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para contingências foi contabilizada, uma vez que o depósito efetuado suspende a exigibilidade do crédito tributário e seu valor será, de acordo com expectativa da Companhia, devolvido ao final do processo. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.474.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Depósito para Garantia do Juízo – ICMS - Execução fiscal interposta pela ATE III através do qual se cobra a diferença do ICMS recolhido quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal para a empresa pelo Estado do Pará, no qual restava reduzido em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados acima. Foram opostos embargos à execução fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), os quais ainda não tiveram sentença. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 687.

12 INVESTIMENTOS

No período de janeiro a dezembro de 2011 a Companhia registrou ganho de equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto no valor de R\$ 27.721 (R\$ 446.785 no período de janeiro a dezembro de 2010).

Em 2010 a Companhia apresentou no resultado de equivalência todo o ganho com suas controladas TSN, Novatrans, ETEO e Taesa Serviços, que foram incorporadas a Taesa na mesma data.

Em 20 de maio de 2011 a Companhia recebeu dividendos da controlada em conjunto ETAU no valor de R\$1.117 referentes ao exercício de 2009.

Nenhuma das controladas e controladas em conjunto contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Abaixo encontram-se os saldos de balanço das controladas e controladas em conjunto apresentados da seguinte forma:

- Ativos, passivos, patrimônio líquido e contas de resultado – 100% dos saldos
- Equivalência patrimonial – Saldos equivalentes à participação da Companhia nas controladas e controladas em conjunto.

	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de Passivos	Patrimônio Líquido
2011							
ETAU	22.263	106.694	128.957	11.257	35.809	47.066	81.891
BRASNORTE	30.157	254.922	285.079	14.590	64.229	78.819	206.260
UNISA	573.797	2.293.268	2.867.065	360.274	915.504	1.275.778	1.591.287
NTE	125.393	305.499	430.892	39.612	112.603	152.215	278.677

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de Passivos	Patrimônio Líquido
	751.610	2.960.383	3.711.993	425.733	1.128.145	1.553.878	2.158.115
2010							
TSN	335.509	1.005.902	1.341.411	92.976	35.332	128.308	1.213.103
NOVATRANS	370.160	1.266.493	1.636.653	103.601	239.937	343.538	1.293.115
ETEO	185.548	412.878	598.426	43.841	108.132	151.973	446.453
ETAU	19.796	98.890	118.686	11.633	41.639	53.272	65.414
BRASNORTE	29.322	240.672	269.994	15.870	76.779	92.649	177.345
TAESA SERVIÇOS	34.468	4.669	39.137	1.456	3.766	5.222	33.915
	974.803	3.029.534	4.004.307	269.377	505.585	774.962	3.229.349

	Participação	Quantidade de ações	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
2011						
ETAU	52,5838%	34.895.364	36.842	(10.183)	26.659	14.018
BRASNORTE	38,6645%	191.052.000	40.979	(24.064)	16.915	6.530
UNISA	50,00%	786.131.862	35.338	(31.397)	3.941	1.971
NTE	100,00%	147.183.428	19.666	(14.464)	5.202	5.202
			132.825	(80.108)	52.717	27.721
2010						
TSN	100,00%	345.685.809	334.975	(139.628)	195.347	195.347
Novatrans	100,00%	407.322.896	326.043	(146.012)	180.031	180.031
ETEO	100,00%	37.257.198	101.092	(41.182)	59.910	59.910
ETAU	52,58%	34.895.364	28.685	(12.221)	16.464	8.657
BRASNORTE	38,67%	179.052.000	37.446	(33.307)	4.139	1.601
TAESA SERVIÇOS	100,00%	42.396.340	1.102	(1.355)	(253)	(253)
			829.343	(373.705)	455.638	445.293
			Ágio ETAU (a)			1.492
			Equivalência Patrimonial			446.785

(a) Refere-se à reversão da amortização do ágio que vinha sendo feita em 2009 e foi estornada quando da adoção das novas práticas em 2010.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13 INTANGÍVEL

	VIDA ÚTIL	CONSOLIDADO				CONTROLADORA			
		2010	ADIÇÃO	BAIXA	2011	2010	ADIÇÃO	BAIXA	2011
<u>Com vida Útil Definida</u>									
Softwares	5 anos	1.222	-	-	1.222	1.222	-	-	1.222
Concessão (a)	20 anos	-	2.574	-	2.574	-	-	-	-
Custo		<u>1.222</u>	<u>2.574</u>	<u>-</u>	<u>3.796</u>	<u>1.222</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.222</u>
Softwares		(448)	(275)	-	(723)	(448)	(275)	-	(723)
Concessão (a)		-	(11)	-	(11)	-	-	-	-
Amortização Acumulada		<u>(448)</u>	<u>(286)</u>	<u>-</u>	<u>(734)</u>	<u>(448)</u>	<u>(275)</u>	<u>-</u>	<u>(723)</u>
<u>Com vida Útil Indefinida</u>									
Incorporação da Munirah (b)	Indefinida	7.403	-	-	7.403	7.403	-	-	7.403
Patentes e marcas registradas	Indefinida	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>33</u>
Custo		<u>7.436</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.436</u>	<u>7.436</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.436</u>
Incorporação da Munirah (b)		<u>(4.051)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.051)</u>	<u>(4.051)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.051)</u>
Amortização Acumulada		<u>(4.051)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.051)</u>	<u>(4.051)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.051)</u>
		4.159	2.288	-	6.447	4.159	(275)	-	3.884

(a) Refere-se a alocação do valor de aquisição da controlada NTE já considerando a alocação ao ativo financeiro e o registro de impostos diferidos.

(b) O ágio pela aquisição da Munirah é baseado na expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009 o saldo deixou de sofrer amortização e tem sua recuperabilidade testada pelo menos anualmente de acordo com o CPC01(R1).

A amortização dos ativos intangíveis é registrada na conta de despesa de amortização no resultado da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14 OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
<u>Ativo circulante</u>				
Adiantamento a fornecedores (a)	3.488	1.774	2.351	1.023
Outras contas a receber (b)	19.141	2.643	15.041	2.581
Partes Relacionadas (c)	16.233	49	27.045	48
	38.862	4.466	44.437	3.652
<u>Ativo não circulante</u>				
Partes Relacionadas (c)	35	2.002	68	3.724
Outras contas a receber	827	-	729	-
	862	2.002	797	3.724
<u>Passivo circulante</u>				
Folha de pagamento	9.267	3.424	8.950	3.415
Compensação Ambiental	2.484	3.496	1.547	2.748
Partes Relacionadas (c)	29.536	-	-	-
Outras contas a pagar	1.020	3.544	169	3.544
	42.307	10.464	10.666	9.707
<u>Passivo não circulante</u>				
Rateio de antecipação (e)	29.154	5.366	28.440	5.054
Partes Relacionadas (c)	725	2.035	953	953
Outras contas a pagar	4	108	5	108
	29.883	7.509	29.398	6.115

- (a) Adiantamento a fornecedores para compra de equipamentos e prestação de serviços.
- (b) Despesas com projetos de Pesquisa e Desenvolvimento ainda não encerrados e valores a receber da Abengoa constantes no contrato de compra de 50% das ações da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (c) Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas à operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, suas controladas e suas controladas em conjunto e profissionais-chave da Administração. Abaixo segue a composição com partes relacionadas:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante				
Contas a Receber Membros da Administração (iv)	-	49	-	48
Contas a receber Taesa x Unisa (ii)	13.523	-	27.045	-
Contas a receber Unisa X Abengoa Construções Brasil Ltda (iii)	1.957	-	-	-
Contas a receber Unisa X Omega Oper.e Man.de LT (iii)	659	-	-	-
Outras contas a receber	94	-	-	-
	16.233	49	27.045	48
Ativo não circulante				
Mútuo Taesa X Brasnorte (ii)	-	1.622	-	2.644
Contas a receber Taesa X ETAU (ii)	22	20	48	42
Contas a receber Taesa X Brasnorte	13	360,00	20,00	588,00
	35	2.002	68	3.274
Passivo circulante				
Contas a pagar Unisa X Omega Oper.e Man.de LT (iii)	12.343	-	-	-
Contas a pagar Unisa X Abengoa Construções Brasil Ltda (iii)	3.670	-	-	-
Contas a pagar Unisa X Abengoa (iii)	13.523	-	-	-
	29.536	-	-	-
Passivo não circulante				
Contas a pagar Taesa X CEMIG (i)	298	298	298	298
Contas a pagar Taesa X Brasnorte (ii)	402	402	655	655
Contas a pagar Brasnorte X Bimetal (iii)	-	1.290	-	-
Contas a pagar ETAU X Eletrosul (iii)	25	45	-	-
	725	2.035	953	953
Resultado - Receita				
Receita de Prestação de Serviços TAS X ETAU (ii)	261	253	551	533
Receita de Prestação de Serviços TAS X BRAS (ii)	147	139	239	227
Receita de Mútuo Taesa X BRAS (ii)	34	148	55	383
	442	540	846	1.143
Resultado - Despesa				
Despesa ETAU X CEEE (iii)	-	1.680	-	-
Despesa ETAU X Eletrosul	-	522	-	-
Despesa BRAS X BIMETAL (iii)	-	951	-	-
	-	3.153	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Transações entre a Companhia e sua controladora - Taesa x CEMIG - Com base na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 25 de novembro de 2009, quando foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia, a Cemig Geração e Transmissão S.A efetuou o pagamento do valor total da remuneração dos administradores referente ao exercício de 2009 - R\$ 419, ficando a Taesa com a obrigação de reembolsá-la em período posterior.

(ii) Transações entre as empresas controladas em conjunto

Taesa x Brasnorte - mútuo - Em 16 de fevereiro de 2009 a Brasnorte e a Taesa assinaram um contrato, onde a Taesa como mutuante, entregou à Brasnorte como mutuária o montante de R\$ 42.193 à título de mútuo com encargos financeiros com base na variação de CDI + 6,6% a.a. Durante o exercício de 2009, parte do saldo do mútuo foi utilizado para aumento de capital na Companhia no montante de R\$ 38.430. O saldo remanescente foi liquidado em fevereiro de 2011 pelo valor de R\$ 3.763.

Taesa x Brasnorte - contas a pagar - Refere-se ao IRRF não retido sobre o pagamento de mútuo por parte da Brasnorte.

Taesa x Etaú - contas a receber - As transações realizadas entre a Taesa Serviços e a ETAU referem-se ao contrato de prestação de serviços de "Back office" para atividades administrativas, assinado em 03 de julho de 2008, no montante mensal de R\$ 39 reajustados anualmente pelo IGP-M e com prazo de vigência de 4 (quatro) anos a partir da sua assinatura

Brasnorte x Taesa - contas a receber - Em 25 de abril de 2008 a Brasnorte e a TSN assinaram um contrato de comodato, onde a TSN como comodante, cedeu a Brasnorte, comodatária, parte do imóvel que é usado para a sede da Empresa. O contrato foi aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.636 de 25/04/2008. Não houve valor para o contrato assinado entre as partes.

Taesa x UNISA - contas a receber - créditos a receber da UNISA constantes no contrato de compra de 50% das ações da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA.

(iii) Transações entre as controladas em conjunto Etaú, Brasnorte e UNISA e seus outros acionistas - o saldo no consolidado das transações abaixo refere-se à participação dos demais acionistas, não eliminada na consolidação:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Brasnorte x Bimetal - contas a pagar - O saldo registrado no passivo da Brasnorte refere-se a contratação da Bimetal para construção da linha de transmissão Brasnorte. Em 19 de março de 2008 a Brasnorte e a Bimetal assinaram um contrato de fornecimento de materiais e prestação de serviços, na modalidade empreitada integral, para a implantação das linhas de transmissão, objeto da concessão adquirida pela Brasnorte. O contrato assinado entre as partes possuía valor total de R\$ 85.476. O saldo remanescente foi liquidado em fevereiro de 2011 pelo valor de R\$ 3.728.

ETAU x Eletrosul e CEEE - contas as pagar - Em 30 de dezembro de 2004 a ETAU e a CEEE (um de seus controladores) assinaram um contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo período da concessão, em conformidade com os procedimentos de rede, a legislação aplicável e com eventuais determinações do ONS, utilizando a mesma infra-estrutura e logística com as quais realiza a operação e manutenção das instalações e equipamentos que compõem as concessões de transmissão da CEEE. O contrato foi substituído em 23 de junho de 2010 por dois novos contratos de O&M. Um desses contratos foi celebrado entre a ETAU e a CEEE e o outro entre a ETAU e a Eletrosul. Tal substituição se deve ao fato de que a CEEE cedeu parte do escopo do contrato de O&M para a Eletrosul, buscando otimizar a execução destas atividades. Ambos os contratos possuem vigência de 4 anos a partir da data de assinatura (23/06/2010) e possuem os seguintes valores mensais: CEEE x ETAU - R\$ 135 (R\$ 270 nos seis primeiros meses) e Eletrosul x ETAU - R\$ 43 (R\$ 85 nos seis primeiros meses).

Em 15 de abril de 2004 a ETAU e a CEEE assinaram um contrato compartilhamento de instalações e estabelecimento de procedimentos técnicos - operacionais para implementação da linha de transmissão conforme determina o Edital de Licitação, com prazo até a extinção de uma das concessões. O contrato assinado entre as partes possui valor de R\$ 10 mensais atualizados anualmente, pelo IGP-M.

UNISA x Omega - contas a receber - Trata-se de contrato celebrado entre a ATE II e a Omega em 30 de novembro de 2011 pela prestação de serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão bem como a assistência técnica de apoio. A Omega receberá, a título de remuneração, o valor de R\$ 1.210 mensais, corrigidos anualmente pelo IPCA do período.

UNISA X Omega X Abengoa Construções - contas a pagar - Valores a pagar à Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão e à Abengoa Construções Brasil Ltda por parte da UNISA pelo pagamento de despesas de materiais e serviços na construção de reforços na ATE III.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

UNISA X Abengoa - contas a pagar – saldos a pagar a Abengoa referentes a dividendos de exercícios anteriores.

(iv) Transações entre Taesa e membros da Administração - Refere-se ao saldo a receber pela TSN dos membros da Administração do Grupo Taesa oriundo da venda dos veículos de propriedade da Companhia e de uso pelos mesmos. O contrato de compra e venda foi celebrado em 09 de fevereiro de 2010 pelas partes e o pagamento foi realizado em 20 (vinte) parcelas iguais.

(d) Refere-se à provisão das obrigações com IBAMA e FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental cujo desembolso no período de janeiro a dezembro de 2011 foi de R\$ 24 (R\$ 4.294 no período de janeiro a dezembro 2010).

(e) A ANEEL, por meio de Ofício nº 237/2005 - SRT/ANEEL, de 30 de novembro de 2005, orientou o ONS a ratear os déficits e superávits de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais. Com base neste Ofício, o ONS adicionou à receita mensal das concessionárias do Grupo, no período de janeiro a dezembro de 2011, o montante de R\$ 30.678 (R\$ 5.469 no período de janeiro a dezembro de 2010).

Refere-se aos faturamentos mensais realizados a título de rateio das antecipações de receita do sistema em adição à RAP para o período findo em 31 de dezembro de 2011, os quais serão liquidados por meio da compensação dos valores futuros de RAP a serem autorizados pelo ONS a partir de 1º de julho de 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

MOEDA NACIONAL	CONSOLIDADO								
	CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			TOTAL	
	ENCARGOS	PRINCIPAL	CUSTOS A AMORTIZAR	TOTAL	PRINCIPAL	CUSTOS A AMORTIZAR	TOTAL	2011	2010
SINDICATO DE BANCOS	13.452	1.202.833	(1.965)	1.214.320	565.834	-	565.834	1.780.154	48.852
BNDES	1.565	60.181	-	61.746		-	-	61.746	24.955
CEF	118	4.070	-	4.188	14.660	(178)	14.482	18.670	22.761
UNIBANCO	5	783		788	392		392	1.180	-
	15.140	1.267.867	(1.965)	1.281.042	580.886	(178)	580.708	1.861.750	96.568
TAESA	12.403	1.186.198	(1.965)	1.196.636	16.955	-	16.955	1.213.591	48.852
ETAU	89	3.570	-	3.659	18.146	-	18.146	21.805	24.955
BRASNORTE	118	4.071	-	4.189	14.660	(178)	14.482	18.671	22.761
UNISA	2.080	52.459	-	54.539	453.828	-	453.828	508.367	-
NTE	450	21.569	-	22.019	77.297	-	77.297	99.316	-
	15.140	1.267.867	(1.965)	1.281.042	580.886	(178)	580.708	1.861.750	96.568

	2012	TOTAL CURTO PRAZO	2013	2014	2015	2016	2017	APÓS 2017	TOTAL LONGO PRAZO	TOTAL
URTJ	53.225	53.225	51.488	51.110	51.110	43.276	27.868	34.038	258.890	312.115
UMBND	9.302	9.302	9.473	9.498	9.524	8.346	5.995	8.826	51.662	60.964
CDI	1.202.901	1.202.901	20.388	4.189	4.189	2.094	-	-	30.860	1.233.761
LIBOR	17.691	17.691	20.013	20.543	21.936	24.226	26.053	126.118	238.888	256.579
TX FIXA	6	6	24	73	73	73	73	269	587	594
(-) Custos de empréstimos	(2.084)	(2.084)	(88)	(58)	(29)	(3)	-	-	(178)	(2.262)
	1.281.042	1.281.042	101.298	85.355	86.803	78.013	59.989	169.251	580.708	1.861.750



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

FONTE	CONCESSÃO	TIPO DE CAPTAÇÃO	INÍCIO DO PAGAMENTO	ENCARGOS FINANCEIROS ANUAIS (%)	SALDO EM 31/12/2011	DESPESA FINANCEIRA EM 31/12/2011	PARCELAS A VENCER EM 31/12/2011	VENCIMENTO DO CONTRATO
SIND. DE BANCOS	TAESA(NVT)	EMPRÉSTIMO	19/12/2006	CDI + 0,90% a.a.	32.561	4.830	24	15/12/2013
SIND. DE BANCOS (HSBC E JP MORGAN)(a)	TAESA	NOTAS PROMISSÓRIAS	23/11/2012	105,5% CDI	1.180.267	11.707	1	23/11/2012
FINAME(b)	TAESA	SUBCRÉDITO "A" SUBCRÉDITO "B"	15/11/2011	70% - Taxa fixa 8,70%a.a. 20% - TJLP + 4,2% a.a.	765	12	103	15/08/2021
CEF	BRASNORTE	EMPRÉSTIMO	10/07/2010	117,5% do CDI	18.671	2.695	54	10/06/2016
BNDES	ETAU	SUBCRÉDITO "C" SUBCRÉDITO "A" e "B"	15/08/2004	Cesta de Moedas + 5,0% a.a. TJLP + 5,0% a.a.	21.805	14.975	55	15/07/2016
BNDES(c)	NTE	SUBCRÉDITO "A" e "C" SUBCRÉDITO "B" e "D"	15/02/2006	Cesta de Moedas + 4,0% a.a. TJLP + 4,0% a.a.	99.317	3.099	73	15/01/2018
BNDES(c)	UNISA (ATE)	SUBCREDITO "A" e "B" SUBCRÉDITO "C"	15/09/2006 15/10/2006	TJLP + 4,0% a.a. Cesta de Moedas	82964	14.701 8.798	80 81	15/08/2018 15/09/2018
BNDES(c)	UNISA (ATEII)	SUBCREDITO "A" SUBCRÉDITO "B"	15/01/2008 15/02/2008	TJLP + 3 a 4,3% a.a. Cesta de Moedas	134866	21.243 19.711	97 96	15/12/2019 15/01/2020
BNDES(c)	UNISA (STE)	SUBCRÉDITO "A" e "B" SUBCRÉDITO "C"	15/03/2005	TJLP + 5,0% a.a. Cesta de Moedas	32777	6.590 3.203	62 62	15/02/2017
BID(c)	UNISA (ATEII)	EMPRÉSTIMO "A" EMPRÉSTIMO "B"	15/05/2007	Libor + spread de 2,2% a.a. Libor + spread de 1,7% a.a.	93.313	63.282 6.041	22 14	16/11/2022 15/12/2018
BID(c)	UNISA (ATEIII)	EMPRÉSTIMO "A" EMPRÉSTIMO "A2" EMPRÉSTIMO "B"	15/05/2008	Libor + spread de 1,88% a.a. Libor + spread de 1,5% a.a.	163.264	52.122 48.451	53 53 17	15/05/2023 15/05/2020
UNIBANCO(c)	UNISA (STE)	SUBCRÉDITO "A"	15/07/2009	TJLP + 3,8% a.a.	1.180 1.861.750	298	18	16/03/2013

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) FINAME – Taesa - Em 27 de julho de 2011, a Companhia assinou junto ao Santander Cédula de Crédito Bancário – BNDES FINAME PSI – Programa de Sustentação do Investimento, para investimento nas SE's Imperatriz, Colinas, Miracema e Gurupi.

Em 28 de outubro de 2011, ocorreu a liberação de R\$ 756, com as seguintes características:

- Sub-crédito A: R\$ 587 e Sub-crédito B: R\$ 169, totalizando os R\$ 756.
- Prazo e data de Vencimento: O vencimento do financiamento terá um prazo total de 120 meses, a contar da data de aprovação da linha no BNDES, com o 1º vencimento de encargos em 15 de novembro de 2011 e o 1º vencimento de amortização em 15 de setembro de 2013; a última parcela será paga em 15 de agosto de 2021.
- Remuneração:
 - Sub-crédito A – 8,70% ao ano;
 - Sub-crédito B – TJ462 + 3,20% ao ano.

Não houve custos de captação deste empréstimo, pois o spread do banco foi embutido dentro da taxa do financiamento.

(b) Notas Promissórias – Taesa - Em 29 de novembro de 2011 a Companhia emitiu 234 notas promissórias com valor nominal unitário de R\$ 5.000, perfazendo um valor total de R\$ 1.170.000.

As Notas Promissórias possuem as seguintes características:

- Data de Vencimento: As notas promissórias vencerão em 23 de novembro de 2012.
- Remuneração: As notas promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 105,50% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário de cada nota promissória, desde a sua data de emissão até a sua respectiva data de vencimento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A emissão das notas promissórias foi aprovada por meio da AGE realizada em 10 de outubro de 2011. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das notas promissórias foram utilizados para o pagamento da aquisição de ativos de propriedade do Grupo Abengoa.

Os custos de captação das notas promissórias foram de R\$ 2.165, representando 0,19% dos recursos captados.

(c) Empréstimo oriundos da aquisição da controlada NTE e controlada em conjunto UNISA

- BNDES – NTE - Em outubro de 2003, a controlada NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$ 238.661. O referido contrato é dividido em três subcréditos: A, B e C, sendo A e B, corrigidos pela taxa de juros de longo prazo - TJLP, acrescidos de juros de 5% ao ano, a título de spread; e C, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 5% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de agosto de 2004, com prazo de vencimento final em 15 de julho de 2016.

BNDES – ATE - Em novembro de 2005, a ATE Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$ 277.460. O referido contrato é dividido em três subcréditos: A, B e C, sendo A e B, corrigidos pela taxa de juros de longo prazo - TJLP, acrescidos de juros de 4% ao ano, a título de spread; e C, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 10% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de setembro de 2006, com prazo de vencimento final em 15 de agosto de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- BNDES – ATE II - Em outubro de 2007, a ATE II Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$ 396.484. O referido contrato é dividido em dois subcréditos: A e B, sendo A, corrigido pela taxa de juros de longo prazo - TJLP, acrescidos de juros de 3% a 4,3% ao ano, a título de spread; e B, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 3% a 4,3% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2008 e 15 de fevereiro de 2008, com prazo de vencimento final em 15 de dezembro de 2012 e 15 de janeiro de 2020.
- BID – ATE II - Em outubro de 2006, a ATE II Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de US\$ 101.030 e ao longo de 2007 US\$ 18.524. O referido contrato é dividido em dois subcréditos: A e B, sendo A, corrigido pela taxa de juros de longo prazo, acrescidos de juros de LIBOR + 2,2% ao ano, a título de spread; e B, corrigido pela taxa de juros de longo prazo, acrescidos de juros de LIBOR + 1,7% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 52 parcelas semestrais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de maio de 2007, com prazo de vencimento final em 15 de dezembro de 2018 e 15 de novembro de 2022.
- BID – ATE III - Em abril de 2008, a ATE III Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de US\$ 201.462. O referido contrato é dividido em dois subcréditos: A e B, sendo A, corrigido pela taxa de juros de longo prazo, acrescidos de juros de LIBOR + 1,88% ao ano, a título de spread; e B, corrigido pela taxa de juros de longo prazo, acrescidos de juros de LIBOR + 1,5% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 52 parcelas semestrais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de maio de 2008, com prazo de vencimento final em 15 de maio de 2020 e 15 de maio de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- **BNDES – STE** - Em julho de 2004, a Sul Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$ 146.131. O referido contrato é dividido em três subcréditos: A, B e C, sendo A e B, corrigidos pela taxa de juros de longo prazo - TJLP, acrescidos de juros de 5% ao ano, a título de spread; e C, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 5% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de março de 2005, com prazo de vencimento final em 15 de fevereiro de 2017.
- **UNIBANCO – STE** - Em maio de 2008, a Sul Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Unibanco, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R\$ 6.238. Corrigido pela taxa de juros de longo prazo - TJPL, acrescidos de juros de 3,8% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 48 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de julho de 2009, com prazo de vencimento final em 16 de março de 2013.

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	SANTANDER	SINDICATO DE BANCOS	
	FINAME	NOTAS PROMISSÓRIAS	EMPRÉSTIMO
	TAESA	TAESA	TAESA
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem em redução do capital social, exceto por determinação legal.		X	
Não decretar vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 50.000 ou seu equivalente em outra moeda.		X	
Não ser inadimplente em qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000		X	
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000 ou seu equivalente em outras moedas.		X	
Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES/Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank).			X

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	SANTANDER	SINDICATO DE BANCOS	
	FINAME	NOTAS	EMPRÉSTIMO
	TAESA	TAESA	TAESA
Sem prévia autorização do Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank): não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, caso o índice financeiro obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA seja superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos), ou na ocorrência de um evento de inadimplemento.			X
Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia anuência do Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank), a ser manifestada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de comunicação nesse sentido.			X
Restrição à Constituição de quaisquer ônus ou gravames superiores a R\$ 5.000 dos bens da sociedade incorporadora - Taesa			X
Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.	X		
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Companhia pela Cemig Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Companhia seja transferida para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG		X	
Não divulgar ao público informações referentes à Companhia, à emissão ou às notas promissórias em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400, com exceção do disposto no inciso III.		X	
Não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações decorrentes deste Contrato, sem a prévia e expressa aprovação dos Coordenadores.		X	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	BNDES				ATE II	CEF BRAS	UNIBANCO STE	BID	
	ETAU	NTE	STE	ATE				ATE II	ATE III
Manter durante o período de amortização o índice de cobertura da dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes. A periodicidade do cálculo do ICD é anual.	x	x	x	x					
Depositar a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma "Conta Centralizadora" aberta para tal fim.	x	x				x			
Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, "Conta Reserva" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, 3 (três) meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária e 3 (três) meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da "Conta Reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.	x	x	x	x	x				
Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar ou gravar e/ou por qualquer forma negociar os direitos creditórios dados em garantia, sem prévio e expresso consentimento da CEF. A Companhia obriga-se a não alienar ou oferecer em garantia o seu ativo permanente, sem prévia anuência da CEF. Na hipótese de venda, total ou parcial, das ações pertencentes a qualquer dos acionistas a um terceiro estranho à sociedade, será necessária prévia autorização. Apresentar trimestralmente cópia devidamente registrada pelo órgão competente de seu Estatuto Social e eventuais alterações.							x		
Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar ou gravar e/ou por qualquer forma negociar as receitas vinculadas sem prévio e expresso consentimento do BNDES	x	x							
Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES/Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank).	x	x							
Sem prévia autorização do BNDES: não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juro sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas.	x	x	x	x					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	BNDES				ATE II	CEF BRAS	UNIBANCO STE	BID	
	ETAU	NTE	STE	ATE				ATE II	ATE III
Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.	x	x							
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a sua atividade devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.						x			
Em caso de mudança do responsável pela operação das linhas de transmissão de energia elétrica, a Beneficiária deverá apresentar ao BNDES ou BID Contrato de O&M em termos satisfatórios ao BNDES ou BID, firmado com empresa de reconhecida capacidade técnica;				x					x
Apresentar balancete semestral ou balanço anual auditado.				x					
Manter seguro do projeto e das linhas de transmissão durante toda a vigência do contrato.				x	x				
Não emitir débitos, pagamento de juros, amortização nem novas dívidas sem autorização.				x	x				x
Apresentar e manter as licenças ambientais.				x	x			x	x
Índice dos ativos não depreciados sobre a dívida líquida não deve ser inferior a 1,0.								x	x
Índice da dívida sobre o capital social da Companhia não deve ser superior a 2,33.								x	
Constituir mensalmente em seis parcelas 100% do principal mais 30% dos juros a pagar no próximo semestre até (inclusive) o ano e a partir deste momento 100% do principal mais 100% dos juros a pagar no próximo semestre.					x				x
Manter em conta reserva a média entre os próximos dois pagamentos (saldo em dólar).									x
Índice da dívida sobre o capital social da companhia não deve ser superior a 1,22									x
Indicadores Financeiros - manter durante a vigência do contrato, os seguintes indicadores Financeiros, a serem apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras: Dívida Bancária Líquida/ Ebitda - <=2,5; Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - >=1,3.								x	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia, sua controlada e suas controladas em conjunto apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos nos contratos.

GARANTIDOR	BENEFICIÁRIO	GARANTIA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO
ETAU	BNDES	1 - 100% das ações da ETAU detidas pelos controladores: Taesa, Eletrosul, CEEE e DME 2 - Direitos da concessão ETAU 3 - Recebíveis da concessão ETAU
Brasnorte	CEF	1 - 100% das ações da Brasnorte detidas pelas acionistas Taesa, Eletronorte e Bimetal 2 - Direitos creditórios da concessão Brasnorte 3 - Aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte
NTE	BNDES	1 - 100% das ações da NTE detidas pela controladora Taesa 2 - Direitos da concessão NTE 3 - Recebíveis da concessão NTE 4 - Fiança 5 - Seguro garantia de execução do projeto
UNISA (ATE)	BNDES	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
UNISA (ATEII)	BNDES	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
UNISA (ATEIII)	BID	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
UNISA (STE)	UNIBANCO	1 - Aval prestado pela União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A. - UNISA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16 DEBÊNTURES

	CONSOLIDADO								
	CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE			2011	2010	
	ENCARGOS	CUSTOS A AMORTIZAR	TOTAL	PRINCIPAL	CUSTOS A AMORTIZAR	TOTAL			
DEBÊNTURES - TAESA	<u>34.998</u>	<u>(1.736)</u>	<u>33.262</u>	<u>1.438.416</u>	<u>(3.719)</u>	<u>1.434.697</u>	<u>1.467.959</u>	<u>1.444.728</u>	
	2012	TOTAL CURTO PRAZO	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL LONGO PRAZO	TOTAL
CDI	24.981	24.981	115.000	327.500	327.500	195.000	195.000	1.160.000	1.184.981
IPCA	10.017	10.017	92.805	92.805	92.806	-	-	278.416	288.433
(-) Custos debêntures	(1.736)	(1.736)	(1.472)	(1.163)	(608)	(327)	(149)	(3.719)	(5.455)
	<u>33.262</u>	<u>33.262</u>	<u>206.334</u>	<u>419.143</u>	<u>419.698</u>	<u>194.673</u>	<u>194.851</u>	<u>1.434.697</u>	<u>1.467.959</u>

FONTE	CONCESSÃO	TIPO DE CAPTAÇÃO	INÍCIO DO PAGAMENTO	ENCARGOS FINANCEIROS ANUAIS (%)	DESPESA FINANCEIRA EM 31/12/2011	PARCELAS A VENCER EM 31/12/2011	VENCIMENRO DO CONTRATO
SIND. DE BANCOS (BANESPA, BNP PARIBAS BRASIL E CITIBANK S.A)	TAESA	DEBÊNTURES -1ª EMISSÃO	15/07/2011	CDI+1,3 %a.a	45.052	4	15/07/2015
		DEBÊNTURES -1ª EMISSÃO	15/07/2011	IPCA+7,91% a.a	43.443	4	15/07/2015
SIND. DE BANCOS (BANESPA, BNP PARIBAS BRASIL E CITIBANK S.A)	TAESA	DEBÊNTURES -2ª EMISSÃO	15/06/2011	CDI+1,4 %a.a	54.372	8	15/12/2015
		DEBÊNTURES -2ª EMISSÃO	15/06/2011	CDI+1,6 %a.a	31.858	12	15/12/2017
		DEBÊNTURES -2ª EMISSÃO	15/06/2011	CDI+1,6 %a.a	18.854	12	15/12/2017

1ª emissão - Em 15 de julho de 2010 a Companhia emitiu 60.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 10, sendo 34.500 da primeira série, no valor de R\$ 345.000 e 25.500 da segunda série, no valor de R\$ 255.000, perfazendo um valor total de R\$ 600.000. A quantidade de debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das debêntures pelos investidores, conforme apurada em procedimento de *Bookbuilding*.

Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a companhia nos dias 2 e 3 de agosto totalizando R\$ 602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As debêntures possuem as seguintes características:

- Conversibilidade: As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações;
- Espécie: Quirografia;
- Tipo e Forma: Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;
- Prazo e Data de Vencimento: As debêntures da primeira série e segunda série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015; e
- Atualização Monetária: O valor nominal unitário das debêntures da primeira série não será atualizado. O valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso será atualizado, a partir da data de emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA").
- Remuneração:
 - 1ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,30%; e
 - 2ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, atualizados pelo IPCA, incidirão juros remuneratórios de 7,91%.
- Data de Pagamento dos juros: Os juros incidentes sobre as debêntures da primeira série e segunda série devem ser pagos no dia 15 de julho de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011 e o último pagamento será em 15 de julho de 2015.
- Prazo de Amortização: O valor nominal unitário das debêntures da primeira série e segunda série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A emissão das debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 01 de junho de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R\$ 1.000. As notas promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$ 550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas notas promissórias foi efetuado em 03 de agosto de 2010 no valor total de R\$ 592.605, além dos custos decorrentes da presente Emissão. O saldo remanescente foi utilizado pela Companhia para capital de giro. Os custos incorridos para a captação desse empréstimo foram de R\$ 3.094.

2ª emissão - Em 15 de dezembro de 2010 a Companhia emitiu 8.150 debêntures com valor nominal unitário de R\$ 100, sendo 4.250 da primeira série, no valor de R\$ 425.000, 2.450 da segunda série, no valor de R\$ 245.000 e 1.450 da quarta série, no valor de R\$ 145.000, perfazendo um valor total de R\$ 815.000. A quantidade de debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das debêntures pelos investidores, conforme apurada em procedimento de Bookbuilding.

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 17 de dezembro totalizando R\$ 815.750, valor este já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão.

As debêntures possuem as seguintes características:

- **Conversibilidade:** As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
- **Espécie:** As debêntures da primeira série e as debêntures da segunda série são da espécie quirografária e as debêntures da quarta série são da espécie subordinada. Em 27 de junho de 2011 entrou em vigor a Lei nº 12.431, que, dentre outras disposições, revogou o artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, que dispunha sobre os limites de emissão de debêntures que deveriam ser observados por emissores de valores mobiliários. Em 20 de julho de 2011 a AGE aprovou a convolação das debêntures da quarta série da espécie subordinada para a espécie quirografária e em 01 de agosto de 2011 ocorreu a celebração de aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão de debêntures.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Tipo e Forma: Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- Prazo e Data de Vencimento: As debêntures da primeira série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2015. As debêntures da segunda e quarta série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2017.
- Atualização Monetária: O valor nominal unitário das debêntures da primeira, segunda e quarta série não será atualizado.
- Remuneração:
 - 1ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,40%.
 - 2ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,60%.
 - 4ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da quarta série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da quarta série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,60%.
- Data de Pagamento dos juros:
 - 1ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da primeira série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011 e o último pagamento será em 15 de dezembro de 2015.
 - 2ª série e 4ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da segunda e quarta série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011 e o último pagamento será em 15 de dezembro de 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

▪ Prazo de Amortização:

1ª série - O valor nominal unitário das debêntures da primeira série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2015.

2ª série e 4ª série - O valor nominal unitário das debêntures da segunda e quarta série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento 15 de dezembro de 2016 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2017.

A emissão das debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 30 de novembro de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados no aumento de capital nas sociedades controladas da Companhia, Novatrans Energia S.A e TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A, nos montantes de R\$ 372.275 e R\$ 434.638, respectivamente. Tais recursos, adicionados ao saldo de caixa dessas concessionárias, foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas por elas contraídas junto ao BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$ 372.275 na Novatrans e R\$ 435.410 na TSN.

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	1ª EMISSÃO	2ª EMISSÃO
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado não deverá ser superior a 3,5. Este índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.		x
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem em redução do capital social, exceto (i) por determinação legal, ou (ii) nos casos em que ocorra a incorporação de sua controladas TSN, Novatrans, ETEO, Taesa Serviços e/ou de sua acionista Transmissora Alterosa de Energia S.A.	x	x
Não decretar vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$ 50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	x	x

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	1ª EMISSÃO	2ª EMISSÃO
Não ser inadimplente em qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.	x	x
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$ 50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	x	x
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	x	x
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	x	x

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas em conjunto possuem pleno atendimento às cláusulas restritivas ("covenants").

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos derivativos contratados pela controlada em conjunto UNISA, tiveram o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A UNISA está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada à uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US\$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (*hedge*) e contratou operações de opção de compra durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2011 o portfólio de derivativos da UNISA (ATE II e ATE III), pode ser resumido conforme tabela a seguir:

	2011			
	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR JUSTO	VALORES A RECEBER(PAGAR)	GANHOS (PERDAS) NÃO REALIZADOS
<u>Contratos de swap</u>				
Posição ativa	246.166	1.407	-	1.264
Taxa Libor (i)				104
<u>Contratos de opções</u>				
Posição titular – compra	31.907	3.853	3.853	540
Moeda estrangeira				
	278.073	5.260	2.589	644

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2011 estão registrados contabilmente pelo seu valor de mercado.

Em atendimento a Instrução CVM nº475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro abaixo:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Instituição	Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado	Perda não realizada		Valor Recebido	Valor Pago	Resultado	Propósito de proteção
						Valor Conforme contrato	Valor justo				
ATE II Transmissora de Energia											
LIBOR6M + OVER LIBOR	USD	Santander	Em 11/2022	Swap	48.616	270	270	-	381	8	Variação do indexador
LIBOR6M + OVER LIBOR	USD	Santander	Em 11/2018	Swap	5.341	11	11	-	32	1	Variação do indexador
ATE III Transmissora de Energia											
LIBOR6M + OVER LIBOR	USD	Santander	Em 05/2020	Swap	69.126	422	422	-	219	43	Variação do indexador
BRL	USD	Citibank	Em 11/2012	Opção	5.419	829	829	829	-	(7)	Riscos Cambiais
BRL	USD	Citibank	Em 05/2013	Opção	5.695	901	901	901	-	129	Riscos Cambiais
BRL	USD	HSBC	Em 05/2012	Opção	4.839	198	198	198	-	148	Riscos Cambiais
						2.630	2.630	1.927	632	322	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18 PROVISÕES

A Companhia, sua controlada e suas controladas em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2010	ADIÇÕES	2011
<u>Consolidado</u>			
Trabalhistas	71	458	529
Fiscais	209	-	209
Cíveis	179	32	211
	<u>459</u>	<u>490</u>	<u>949</u>
<u>Controladora</u>			
Trabalhistas	71	18	89
Fiscais	209	-	209
Cíveis	10	26	36
	<u>290</u>	<u>44</u>	<u>334</u>

Os valores apresentados acima estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado no ativo.

As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas, envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão, indenização de seguro, bem como manifestações de inconformidade relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2011, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 58.836 (R\$ 57.923 em 31 de dezembro de 2010), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais causas fiscais classificadas como sendo de êxito possível pelas concessionárias da Taesa são:

- **TSN** - Referem-se basicamente aos processos administrativos tributários e às manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em montante de R\$ 31.522, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$ 513.
- **Novatrans** - Referem-se aos processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário de 2008, bem como manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R\$ 6.945.
- **NTE** - Referem-se aos processos administrativos tributários decorrentes de manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles: Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), totalizando R\$ 5.316, bem como embargos à execução fiscal no valor de R\$ 3.431

A Novatrans e TSN vêm discutindo judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS promovida pela Lei nº 9.718/98, através da qual está sendo requerida a compensação dos débitos tributários realizados no período de abril de 2001 e janeiro de 2004 a título de COFINS sobre as receitas não operacionais. Baseado na opinião de seus consultores fiscais de que as chances de êxito nesse processo são prováveis, na Interpretação Técnica nº 02/2006 emitida pelo IBRACON e na resolução CFC nº 1.180 de 24/07/2009, nenhuma provisão foi constituída.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao estado de origem e outra relativa ao estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres emitidos por seus consultores jurídicos, entende que o risco de uma eventual cobrança de tal imposto é remota e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária junto à ANEEL.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por 5 (cinco) anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

Impostos e contribuições correntes - A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	CONSOLIDADO	
	2011	2010
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	713.993	557.102
Alíquota nominal	34%	34%
	<u>(242.758)</u>	<u>(189.415)</u>
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil:		
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurados pela controladora	-	(22.622)
Prejuízo fiscal apurado pela Taesa Serviços (sucideda pela TAESA)	-	(86)
Prejuízo fiscal apurado pela Brasnorte	-	(556)
Complemento/reversão de provisões	(7.359)	886
Ajuste RTT - amortização de ágio Munirah (sucideda pela TAESA)	133	503
Ajuste RTT - Novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	77.074	29.563
Diferença de alíquota lucro presumido x lucro real – ETAU	4.239	2.290
Variação Cambial – BNDES	(205)	-
Juros sobre Capital Próprio apurado pela ETEO (sucideda pela TAESA)	-	7.832
Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE	14.969	21.153
Amortização de ágio Taesa Atlântico	28.561	-
Amortização de ágio Alterosa	10.882	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	33.719	-
Outras	144	(1.988)
Imposto de renda e contribuição social (I)	<u>(80.601)</u>	<u>(152.439)</u>
Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE (II)	44.026	62.216
Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE (Reclas. para	(44.026)	(62.216)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	CONSOLIDADO	
	2011	2010
Outras Rec. Operacionais) (II)		
Incentivo Fiscal IRPJ - Outros (III)	3.374	2.478
Imposto de renda e contribuição social correntes (I+II+III)	(77.227)	(149.961)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(77.227)	(149.961)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(141.367)	21.489
	(218.594)	(128.472)
Alíquota efetiva	31%	23%

Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE

- TAESA (TSN e Novatrans) - Em 30 de julho de 2003, o Ministério de Integração Nacional através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à TSN um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela unidade produtiva de Bom Jesus da Lapa, posteriormente ampliado para as unidades produtivas de Sapeaçu e Camaçari decorrentes da aquisição e incorporação da Munirah. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE. Em 30 de novembro de 2007, através da incorporação das empresas GTESA e PATESA, que também possuíam 100% de sua área incentivada pelo fato de suas linhas estarem localizadas nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o percentual total da TSN referente ao benefício supracitado passou a ser de 85,34%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 16 de novembro de 2004, a Novatrans obteve junto à Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, através do Laudo Constitutivo nº 169/2004, o benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida nos Estados de Maranhão e Tocantins. O benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Norte-Sul II de 73,29%, sendo este o percentual da linha que se encontra nos dois Estados que fazem parte da área incentivada pela SUDAM.

Em 31 de dezembro de 2010, com a incorporação das empresas TSN, Novatrans, ETEO e Taesa Serviços, o percentual total da Taesa referente ao benefício supracitado passou a ser de 68,21%.

Os incentivos têm validade até o ano de 2013 e impõem algumas obrigações e restrições:

- (a) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (b) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- (c) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções. Considerando que TSN e Novatrans foram incorporadas à Companhia em 31 de dezembro de 2010, os benefícios fiscais decorrentes dos incentivos fiscais de redução do IRPJ foram aproveitados pela Companhia, sucessora em bens, direitos e obrigações a partir do ano-calendário de 2011.

- NTE - Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0323/2004, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo a redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- UNISA - As empresas ATE II e ATE III gozam de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Pará. Tais incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre os resultados apurados até o ano-base de 2016 (ATE II) e 2018 (ATE III).

Impostos e contribuições diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, incluindo-se dentre elas, os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 em função da adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), bem como sobre o prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.

	CONSOLIDADO	
	2011	2010
Imposto de renda	(103.946)	5.670
Contribuição social	(37.421)	15.819
	<u>(141.367)</u>	<u>21.489</u>

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- Capital social - Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 1.312.536, sendo representado por 203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Estatuto Social prevê que a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R\$ 1.400.000, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL		CONTROLADORES	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Fundo de Invest. em Part. Coliseu - FIP Coliseu	101.678.120	49,96%	-	0,00%	101.678.120	38,59%	101.678.120	38,59%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	97.690.743	48,00%	51.683.548	86,17%	149.374.291	56,69%	149.374.291	56,69%
Free Float	4.148.824	2,04%	8.297.648	13,83%	12.446.472	4,72%	-	-
Conselheiros	22	0,00%	-	0,00%	22	0,00%	-	-
Pessoas Vinculadas	2	0,00%	-	0,00%	2	0,00%	-	-
Total	203.517.711	100,00%	59.981.196	100,00%	263.498.907	100,00%	251.052.411	95,28%

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre:

- Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;
 - Aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou deste Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral;
 - Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;
 - Escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia; e
 - Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.
- b. Reserva legal - Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- c. Reserva especial - Constituída com o saldo do lucro líquido do exercício de 2009 após a distribuição de dividendos intercalares e a destinação da reserva legal no montante de R\$ 106.330. Em 17 de novembro de 2010 a reserva foi revertida para pagamento de dividendos intermediários (vide letra e - remuneração aos acionistas).
- d. Reserva especial de ágio - Com base do disposto na Instrução CVM nº 319 de 3 de dezembro de 1999, art 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$ 412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$ 182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa.
- e. Remuneração aos acionistas - O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2010 e dos lucros acumulados até o exercício de 2009

Em 27 de abril de 2011 a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia retificou a Proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2010 e dos lucros acumulados até o exercício de 2009. A nova destinação dos recursos aprovada pela Assembléia segue descrita abaixo:

Total a destinar

Lucro líquido de 2010	428.630
Lucros acumulados até 2009 - adoção das novas normas	333.415
	<u>762.045</u>

Destinações

Lucro líquido de 2010:	428.630
- Reserva legal (5%)	(21.432)
- Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	(203.599)
- Dividendos adicionais propostos (50%)	(203.599)
Lucros acumulados até 2009 - adoção das novas normas:	333.415
- Dividendos adicionais propostos	(333.415)
Reserva legal	(21.432)
Dividendos	<u>(740.613)</u>
Total destinado	<u>(762.045)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2010 e lucros acumulados até o exercício de 2009

Em 31 de maio de 2011 a Companhia pagou a primeira parcela de dividendos no valor de R\$ 407.199, com base na posição acionária de 27 de abril de 2011 e em 31 de outubro foi paga a segunda parcela de dividendos no valor de R\$ 333.415.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2011

Lucro líquido de 2011	495.399
- Reserva legal (5%)	(24.770)
- Reserva de incentivo fiscal	(42.095)
- Dividendos obrigatórios (50%)	(214.267)
- Reserva especial - reinvestimento	(214.267)
Resumo das destinações:	
- Reservas	(281.132)
- Dividendos	(214.267)
Total	<u>(495.399)</u>

21 DIVIDENDOS A RECEBER E DIVIDENDOS A PAGAR

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
<u>Ativo circulante</u>				
Dividendos a receber da ETAU	-	-	988	1.200
Dividendos a receber da NTE	-	-	8.699	-
Dividendos a receber da UNISA	-	-	743	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10.430</u>	<u>1.200</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa	214.270	203.600	214.270	203.600
	<u>214.270</u>	<u>203.600</u>	<u>214.270</u>	<u>203.600</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22 PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e profissionais-chave da Administração.

Administradores - No período compreendido entre janeiro a dezembro de 2011, os Administradores receberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 2.313 (R\$2.240 no período de janeiro a dezembro de 2010), sendo contabilizadas como despesas com "pessoal - administradores". Ocorreram benefícios adicionais aos Administradores no valor de R\$ 162 (R\$0 em dezembro de 2010) e remuneração variável de R\$1.377 (R\$ 0 em 2010).

Remuneração do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal

a. Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2011:

- Conselho de administração: Remuneração fixa: 100%
- Comitês: Os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às suas respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.
- Diretoria: Remuneração fixa: 63% e Remuneração Variável: 37%
- Conselho fiscal: Remuneração fixa: 100%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b. Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria para o período findo em 31 de dezembro de 2011:

PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2011	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	11	3	5	19
Remuneração fixa anual	2.255	2.313	234	4.802
Salário ou pró-labore	1.581	2.151	195	3.927
Benefícios diretos e indiretos	n/a	162	n/a	162
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (a)	674	n/a	39	713
Remuneração Variável	n/a	1.377	n/a	1.377
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	1.377	n/a	1.377
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da remuneração	2.255	3.690	234	6.179

(n/a) = Não Aplicável

(a) Refere-se aos encargos sobre a remuneração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria para o período findo em 31 de dezembro de 2011:

PERÍODO FINDO EM DEZEMBRO DE 2011	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	11	3	5	19
Valor da maior remuneração individual no exercício	114	776	53	-
Valor da menor remuneração individual no exercício	13	666	18	-
Valor médio de remuneração individual no exercício	64	721	36	-

23 COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

O Grupo Taesa, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, e consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

No processo realizado em 2010 foram alterados os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação. Destaca-se que essa alteração de critérios em nada impacta na exposição ao risco das controladas, mantendo-as com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, dessa forma permanecemos com os mesmo critérios na renovação realizada no ano de 2011.

As concessões do Grupo possuem cobertura de seguros contra incêndio, riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores – D&O.

As concessões do Grupo, com exceção da NTE, não mantêm seguros contra prejuízos em suas linhas de transmissão, mantendo apenas seguros em relação aos danos em suas subestações, edificações e demais instalações. Esse fato é uma consequência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em atendimento ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a NTE – Nordeste Transmissora de Energia S.A., contrata seus seguros (Risco Operacional e Risco Civil) em termos e condições aceitas pelo BNDES. Desta forma, para esta Companhia o seguro abrange todas as subestações e as linhas de transmissão do projeto, tendo ainda como beneficiário nas suas apólices o próprio BNDES.

RESPONSABILIDADE CIVIL					
EMPRESA	SEGURADORA	VIGÊNCIA	TAXA	LMI	PRÊMIO TOTAL
TAESA - TSN	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,2780%	10.000	28
TAESA -PATESA	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0121%	10.000	1
TAESA -GTESA	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0051%	10.000	1
TAESA -MUNIRAH	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0206%	10.000	2
TAESA -NVT	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,2952%	10.000	30
TAESA -ETEO	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,1013%	10.000	10
ETAU	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0255%	10.000	3
BRASNORTE	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0187%	10.000	2
NTE	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0718%	10.000	7
ATE	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,3600%	10.000	36
ATE II	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,5800%	10.000	58
ATE III	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,4700%	10.000	47
STE	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,1900%	10.000	19
TOTAL					243

RISCO OPERACIONAL (SUBESTAÇÕES, ALMOXARIFADO, INSTALAÇÕES PREDIAIS)					
EMPRESA	SEGURADORA	VIGÊNCIA	LMI	VALOR EM RISCO	PRÊMIO TOTAL
TAESA - TSN	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	338.838	262
TAESA	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	1.635	2
TAESA -NVT	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	204.633	272
TAESA -ETEO	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	39.234	18
ETAU	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	13.857	11
BRASNORTE	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	54.140	53
NTE	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	50.000	231.395	103
ATE	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	224.993	225
ATE II	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	465.724	466
ATE III	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	332.174	332
STE	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	113.560	114
TOTAL					1.856

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

VEÍCULOS PRÓPRIOS E TERCEIRIZADOS (R\$)					
EMPRESA	SEGURADORA	VIGÊNCIA	COBERTURA	TOTAL DE VEÍCULOS	PRÊMIO TOTAL
TAESA - TSN	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	54	133
TAESA -NVT	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	48	145
TAESA -ETEO	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	11	30
BRASNORTE	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	6	11
TOTAL					319

24 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos

Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supracitados, os objetivos da Companhia, o gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital exercidos pela Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. A auditoria interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões pontuais de controles de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados a Administração.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Tipos de risco

- a. Riscos de crédito - é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	501.763	414.578	271.402	410.335
Outros Investimentos	58.559	62.835	-	60.998
Clientes	138.187	88.004	97.851	85.860
Ativo financeiro	<u>5.035.924</u>	<u>3.312.077</u>	<u>3.240.574</u>	<u>3.122.785</u>
	<u>5.734.433</u>	<u>3.877.494</u>	<u>3.609.827</u>	<u>3.679.978</u>

• Caixas e equivalentes de caixa e outros investimentos

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa, e outros investimentos de R\$ 560.322 (2010: R\$ 477.413), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos são mantidos com bancos e instituições financeiras de 1ª linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

• Clientes e ativo financeiro

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes considerando que o CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo O.N.S. da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao O.N.S, pelos serviços prestados e discriminados no CUST:

- Contrato de Constituição de Garantia - CCG; e
- Carta de Fiança Bancária - CFB.

Abaixo descrevemos as principais vantagens destes mecanismos de proteção:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores;
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

- b. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.
- c. A Companhia tem empréstimos bancários e debêntures garantidos que contém cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos detalhada nas notas explicativas nº 15 e 16.
- d. Riscos de mercado - é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- e. Risco cambial - A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos indexados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R\$). Em 2011 a Companhia possuía R\$ 373.079 (20,04%) de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar americano). Desta forma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia. O gerenciamento do risco cambial é realizado pela Administração da Companhia com base na contratação de instrumentos derivativos conforme nota explicativa nº 17.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de câmbio

As análises efetuadas pela administração da Companhia consideram que o risco de impacto no resultado referente a diferenças entre as taxas, ocorrerá somente no momento em que a Libor ultrapassar 8%. A administração efetuou as análises da taxa Libor com base em informações da Bloomberg e BM&FBovespa sendo que a taxa mais longa de 5.580 dias tem a maior curva de Libor associada ao vértice máximo de 2.55%. Dado as características dos contratos, onde a ponta ativa está atrelada à variação cambial acrescida de 8% aa e a ponta passiva atrelada à variação cambial acrescida de Libor, a administração considera improvável que a Libor atinja este nível, motivo pelo qual, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada.

Perfil - Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

RISCO DE ELEVÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO					
NOMINAL (USD)	OPERAÇÃO	RISCO	CENÁRIO I	+25%	+50%
				CENÁRIO II	CENÁRIO III
31.907	Opção	Alta USD	2.432	14.734	29.894

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Entre as premissas utilizadas no cálculo da análise de sensibilidade, destaca-se a consideração do prêmio pago nas projeções de cenário acima.

- f. Risco de taxa de juros – Refere-se aos impactos nas taxas de juros sobre despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos e também sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Perfil - Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
<u>Instrumentos financeiros de taxa variável</u>				
Aplicações financeiras	467.585	413.463	271.112	409.791
Outros investimentos	58.559	62.835	-	60.998
Empréstimos e debêntures	3.329.709	1.541.296	2.681.551	1.493.580

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

Operação	Exposição		Risco	Controladora		
	Controladora	Consolidado		Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras	271.112	467.585	Queda da taxa CDI	6.637	5.023	3.380
Total	271.112	467.585		6.637	5.023	3.380
Referência para ativos financeiros:				Cenário provável	-25%	-50%
CDI (%)				10,33%	7,75%	5,17%

Operação	Consolidado		
	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras	7.699	5.827	3.921
Total	7.699	5.827	3.921
Referência para ativos financeiros:			
	Cenário provável	-25%	-50%
CDI (%)	10,33%	7,75%	5,17%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Operação	Exposição		Risco
	Controladora	Consolidado	
Empréstimos e financiamentos, e debêntures			
- Sindicato	32.561	32.561	Alta da taxa CDI
- Debêntures - 1ª emissão	653.819	653.819	-
1ª Série	365.386	365.386	Alta da taxa CDI
2ª Série	288.433	288.433	Alta da taxa IPCA
- Debêntures - 2ª emissão	819.595	819.595	Alta da taxa CDI
- NP	1.182.233	1.182.233	Alta da taxa CDI
- CEF	-	18.967	Alta da taxa CDI
Total	1.505.975	1.524.942	

Operação	Controladora		
	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos, e debêntures			
- Sindicato	797	988	1.175
- Debêntures - 1ª emissão	13.730	17.072	20.380
1ª Série	8.945	11.082	13.182
2ª Série	4.785	5.990	7.198
- Debêntures - 2ª emissão	20.065	24.858	29.570
- NP	28.942	35.857	42.653
- CEF	-	-	-
Total	34.592	42.918	51.124

Referência para passivos financeiros:	Cenário provável *	25%	50%
CDI (%)	10,33%	12,91%	15,50%
IPCA (%)	0,55%	0,69%	0,83%

Operação	Consolidado		
	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos, e debêntures			
- Sindicato	797	988	1.175
- Debêntures - 1ª emissão	13.730	17.072	20.380
1ª Série	8.945	11.082	13.182
2ª Série	4.785	5.990	7.198
- Debêntures - 2ª emissão	20.065	24.858	29.570
- NP	28.942	35.857	42.653
- CEF	464	575	684
Total	35.057	43.493	51.809
Cenário provável *			
		25%	50%
CDI (%)	10,33%	12,91%	15,50%
IPCA (%)	0,55%	0,69%	0,83%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- (*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 10,33% e IPCA médio estimado de 0,55% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Vale ressaltar que na elaboração da análise de sensibilidade a Companhia considerou como fatores de risco para os instrumentos financeiros o CDI e o IPCA. Os empréstimos indexados à TJLP não foram apresentados, visto que a Companhia não considera esse indexador como fator de risco.

g. Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados.

h. Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

i. Risco operacional - é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada, com resumos encaminhados à alta Administração da Companhia.

- Riscos Regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e o Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da Companhia adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, alguns tipo de danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
- Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser muito relevantes para a Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.
- Risco técnico - a infraestrutura das concessionárias da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- Risco de contencioso - a Companhia está envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
Total dos empréstimos e debêntures	3.329.709	1.541.296	2.681.550	1.493.580
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(501.763)	(414.578)	(271.402)	(410.335)
Dívida líquida	2.827.946	1.126.718	2.410.148	1.083.245
Total do Patrimônio Líquido	2.252.472	2.508.354	2.252.472	2.508.354
Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	1,25	0,45	1,07	0,43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o ano.

Classificações contábeis e valores justos

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	NOTA	2011		2010	
		VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO	VALOR CONTÁBIL	VALOR JUSTO
<u>Consolidado</u>					
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	501.763	501.763	414.578	414.578
Outros Investimentos	6	58.559	58.559	62.835	62.835
Clientes	7	138.187	138.187	88.004	88.004
Ativo financeiro	7	5.035.924	5.035.924	3.312.077	3.312.077
		5.734.433	5.734.433	3.877.494	3.877.494
<u>Passivos financeiros</u>					
Empréstimos e financiamentos	14	1.861.750	1.861.750	96.568	96.568
Debêntures	15	1.467.959	1.467.959	1.444.728	1.444.728
		3.329.709	3.329.709	1.541.296	1.541.296
<u>Controladora</u>					
<u>Ativos financeiros</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	271.402	271.402	410.335	410.335
Outros Investimentos	6	-	-	60.998	60.998
Clientes	7	97.851	97.851	85.860	85.860
Ativo financeiro	7	3.240.574	3.240.574	3.122.785	3.122.785
		3.609.827	3.609.827	3.679.978	3.679.978
<u>Passivos financeiros</u>					
Empréstimos e financiamentos	14	1.213.592	1.213.592	48.852	48.852
Debêntures	15	1.467.959	1.467.959	1.444.728	1.444.728
		2.681.551	2.681.551	1.493.580	1.493.580

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	NOTA	CONSOLIDADO							
		2011				2010			
		VALORES JUSTOS ATRAVÉS DO RESULTADO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	CUSTO AMORTIZADO	TOTAL	VALORES JUSTOS ATRAVÉS DO RESULTADO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	CUSTO AMORTIZADO	TOTAL
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	5	501.763	-	-	501.763	414.578	-	-	414.578
Outros Investimentos	6	58.559	-	-	58.559	62.835	-	-	62.835
Clientes	7	-	138.187	-	138.187	-	85.860	-	85.860
Ativo financeiro	7	-	5.035.924	-	5.035.924	-	3.122.785	-	3.122.785
		560.322	5.174.111	-	5.734.433	477.413	3.208.645	-	3.686.058
Passivos financeiros									
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	1.861.750	1.861.750	-	-	96.568	96.568
Debêntures	16	-	-	1.467.959	1.467.959	-	-	1.444.728	1.444.728
		-	-	3.329.709	3.329.709	-	-	1.541.296	1.541.296

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
 - **Nível 2**: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
 - **Nível 3**: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e ao Nível 3, e não ocorreram transferências de níveis no período observado.

Em 2011, a classificação e mensuração dos principais instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

	NOTA	CONSOLIDADO							
		2011				2010			
		NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ativos financeiros									
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	501.763	-	501.763	-	414.578	-	414.578
Outros Investimentos	6	-	58.559	-	58.559	-	62.835	-	62.835
		-	560.322	-	560.322	-	477.413	-	477.413

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

No que tange ao cálculo dos valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa: contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras
- Outros investimentos: aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Clientes e ativo financeiro: “empréstimos e recebíveis” mensurados pelo custo amortizado, pois são contabilizados considerando os fluxos de recebimentos ajustados a valor presente, utilizando a taxa de retorno do investimento na data de apresentação das demonstrações financeiras.
- Empréstimos e financiamentos: considerando que o valor justo é o montante pelo qual um passivo poderia ser liquidado e que os empréstimos e financiamentos existentes nas concessionárias referem-se à dívidas bancárias, a Companhia entende que o saldo contábil apresentado no balanço patrimonial reflete o seu valor justo, visto que no caso de uma possível liquidação da dívida em 31 de dezembro de 2011, o valor do desembolso seria similar ao valor contabilizado.
- Debêntures: mensuradas pelo valor do P.U. (preço unitário) divulgado diariamente pela CETIP (Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos). Os valores justos para as debêntures são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que os saldos contabilizados já refletem a mensuração por preços de mercado na data de apresentação das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25 RESULTADO POR AÇÃO

RESULTADO POR AÇÃO	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
Resultado do exercício proporcional as ações ordinárias (1)	382.630	331.059	382.630	331.059
Número de ações ordinárias (em milhares) (2)	203.518	203.518	203.518	203.518
Resultado do exercício proporcional as ações preferenciais (3)	112.769	97.571	112.769	97.571
Número de ações preferenciais (em milhares) (4)	59.981	59.981	59.981	59.981
Resultado por ação ordinária - básico = (1)/(2)	1,880	1,627	1,880	1,627
Resultado por ação preferencial - básico = (3)/(4)	1,880	1,627	1,880	1,627
Resultado por ação ordinária - diluído (*)	1,880	1,627	1,880	1,627
Resultado por ação preferencial - diluído *	1,880	1,627	1,880	1,627

(*) Não houve alteração no número de ações ordinárias e preferenciais do exercício de 2010 para o exercício de 2011.

26 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Clientes e ativo financeiro".

Abaixo apresentamos a composição da receita operacional líquida da Companhia:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA
	2011	2010	2011
Operação e manutenção	263.479	238.102	248.954
Receita de construção e remuneração do ativo financeiro	761.233	553.573	711.869
Outras Receitas Operacionais (a)	45.129	62.950	42.885
Receita	1.069.841	854.625	1.003.708
PIS e COFINS	(39.469)	(29.507)	(34.840)
ISS	(50)	(55)	(40)
Quota para RGR e P&D	(33.078)	(26.469)	(31.403)
Deduções da receita	(72.597)	(56.031)	(66.283)
Receita operacional líquida	997.244	798.594	937.425

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Refere-se basicamente à receita de subvenções fiscais (Novatrans, TSN, NTE e UNISA) R\$ 44.026, à receita de prestação de serviços da Taesa Serviços referente ao back-office da ETAU e Brasnorte – R\$ 408, e à receita de comissionamento para acesso a rede básica (Brasnorte) – R\$ 345.

Em 2010 a Controladora não apresentou resultado oriundo das concessões incorporadas – TSN, Novatrans, ETEO e Taesa Serviços.

27 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	2011	2010	2011	2010
Renda de aplicação financeira	53.626	34.063	50.914	10.228
Variação monetária ativa	9.887	13.221	51	-
Receitas Financeiras	63.513	47.284	50.965	10.228
Encargos de dívidas	(198.796)	(150.564)	(190.415)	(49.147)
Variações monetárias passivas	(39.144)	(17.371)	(18.401)	(5.341)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas (a)	(4.290)	(3.962)	(4.293)	(1.602)
Despesas financeiras	(242.230)	(171.897)	(213.108)	(56.090)
	(178.717)	(124.613)	(162.143)	(45.862)

(a) Refere-se a despesas bancárias, custos com empréstimos e impostos e contribuições calculados sobre as demais receitas.

28 COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção da linha - Com exceção das concessionárias abaixo descritas, todas as outras concessionárias do Grupo realizam as atividades de operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações com recursos próprios.

- ETAU - Parte da atividade é realizada pela CEEE e parte pela Eletrosul;
- Brasnorte - 100% das atividades realizadas pela Eletronorte;e
- ATE, ATE II, ATE III e STE - 100% das atividades realizadas pela Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra, de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

O Grupo Taesa adota práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos: econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental ("SGA").

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as Concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental do Grupo, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Dentre eles destacam-se: (i) o cumprimento de requisitos legais; (ii) a minimização dos riscos ambientais; (iii) a prevenção da poluição; (iv) a preservação dos recursos naturais; (v) o desenvolvimento sustentável; (vi) o atendimento das necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (vii) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nestes documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, critérios, indicadores de desempenho, processos de gestão, avaliação, monitoramento e revisão.

Compensação Ambiental - Os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, encontram-se em andamento, baseados nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos.

- IBAMA - A Taesa (Interligação LT 500 kV Norte-Sul II) cumpriu com todas as obrigações de Compensação Ambiental, cuja aplicação, em Unidades de Conservação nos estados por onde passa a LT Norte-Sul II, totalizou em R\$ 6.042. A Taesa (Interligação LT 500 kV Norte-Sul II) está em processo de prestação de contas dos recursos desembolsados junto ao ICMBio .

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 4 de agosto de 2011 foi celebrado o termo de compromisso entre a ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Gestão Financeira pela Caixa Econômica Federal - CEF), no valor de R\$ 236 para aplicação indireta, via CEF, cujo depósito foi realizado 28 de novembro de 2011 e o total de R\$ 95 para aplicação direta na empresa já contratada que executará o serviço de Plano de Manejo na Floresta Nacional de Passo Fundo - RS. Em 20 de janeiro de 2012 a ETAU recebeu o Termo de Quitação parcial, emitido pelo ICMBio, comprovando o recebimento do depósito citado. Em março de 2012 a ETAU fará a aplicação do saldo pendente, qual seja, R\$ 95 encerrando assim sua obrigação relativa a compensação ambiental junto ao ICMBio no valor total de R\$ 655, considerando os valores já investidos em exercícios anteriores.

- FUNAI - Encontra-se em andamento a celebração, junto à FUNAI_DF, do Termo de Compromisso, negociado previamente com a FUNAI RS, que visa liquidar as obrigações da ETAU relativas à Compensação Ambiental pela influência indireta da LT Campos Novos - Santa Marta sobre a Terra Indígena Carreteiro ("TI Carreteiro"). Por meio deste acordo, será aplicado o valor de R\$ 790 em equipamentos e atividades, conforme a necessidade estabelecida por representantes da Comunidade Indígena. Destaca-se que o processo de compensação devido à FUNAI pela concessão Taesa (Interligação LT 500kV Norte-Sul II) está em negociação junto à Fundação, com previsão de celebração do contrato ainda no primeiro semestre de 2012.

A Taesa (Interligação LT 500kV Norte-Sul II) continua em negociação com a FUNAI/DF com o intuito de celebrar o Acordo de Compensação. A previsão é que este acordo seja celebrado em 2012.

Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental - Todas as concessionárias do Grupo Taesa desenvolvem Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental envolvendo as comunidades vizinhas às suas instalações. Dentre os temas executados, destacam-se os listados abaixo:

- Prevenção e controle de queimadas;
- Convívio seguro com as Linhas de Transmissão; e
- Orientações básicas sobre os melhores procedimentos de descarte de resíduos/lixo.

Ressalta-se que os projetos são desenvolvidos e apresentados por meio de palestras, visitas informativas, distribuição de materiais de divulgação em escolas rurais e nas comunidades vizinhas às instalações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os Projetos Socioambientais, que compõem o programa ambiental de cada concessão, em sua maioria, são desenvolvidos pelas concessionárias de forma a atender demandas estabelecidas por meio de condicionantes das Licenças Ambientais ou vinculadas ao processo de Operação e Manutenção ("O&M") das instalações das Companhias - manutenção de faixas de servidão.

29 OUTRAS INFORMAÇÕES

Audiência Pública do Leilão 02/2012 – No período entre 15 de dezembro de 2011 e 09 de janeiro de 2012, a ANEEL recebeu contribuições à Audiência Pública nº 076/2011, cujo objetivo era colher sugestões à minuta do Edital do primeiro leilão de transmissão de energia elétrica de 2012, que será dividido em cinco lotes, com empreendimentos nos estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As obras fazem parte do plano de expansão da Rede Básica 2012-2014 e algumas estruturas contemplam as estruturas de transmissão destinadas ao escoamento da energia produzida na usina hidrelétrica (UHE) Teles Pires (MT). A Taesa participou com algumas contribuições ao edital e aguarda a publicação do resultado, bem como, publicação da documentação oficial do leilão.

Fiscalização ANEEL - No mês de dezembro de 2011, a Taesa recebeu em suas dependências a primeira fiscalização econômico-financeira, coordenada por fiscais da Superintendência de Fiscalização Financeira da Aneel - SFF/ANEEL. A fiscalização durou 2 (duas) semanas e teve como objetivo a inspeção de documentos pertencentes às concessões controladas pela Taesa. De acordo com a coordenação da fiscalização, a ANEEL emitirá o parecer do trabalho realizado no primeiro semestre de 2012.

Projeto de P&D – "SuperCabo" - Em 01 de dezembro de 2011, foi celebrado entre a Cemig Distribuição S.A. – CEMIG D, Cemig Geração e Transmissão S.A. – CEMIG GT, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – ISA/CTEEP, Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A – ECTE e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa, um convênio para a execução do projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado "Desenvolvimento de Tecnologia de Cabos Supercondutores de Alta Temperatura para Sistemas Elétricos de Potência – SUPERCABO", com duração de 48 meses. A proposta deste projeto é uma oportunidade de atendimento às necessidades do setor elétrico, que possibilitará obter um protótipo em escala laboratorial de um Cabo de Transmissão de Energia Elétrica usando Material Supercondutor, ou ainda, "CSC" (de "Cabo SuperCondutor"), trifásico com configuração conhecida como tri-axial com dielétrico frio, apto a operar em sistemas com nível de tensão superior ou igual 69kV.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Novas aquisições - A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia") vem, com base no § 4º do art. 157 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que concluiu em 30 de Novembro de 2011 a aquisição dos ativos da ABENGOA ("Aquisição"), conforme divulgado ao mercado no dia 02 de junho de 2011 através de fato relevante. A companhia adquiriu (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no Capital Social da Abengoa Participações Holding S.A. que, por sua vez, é titular de 100% (cem por cento) de participação no capital social total das transmissoras STE - Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A., e (ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no Capital Social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A.

Observadas as regras em matéria de preço inseridas no contrato de compra e venda de ações celebrado com o Grupo Abengoa, a Companhia pagou pela aquisição em referência o valor total de R\$ 1.162.886.530,72 (um bilhão, cento e sessenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quinhentos e trinta reais e setenta e dois centavos) com os recursos oriundos de sua 4ª emissão de notas promissórias, cuja liquidação foi realizada no dia 29 de Novembro de 2011.

Renovação da Licença de Operação da Novatrans - Em 06 de setembro de 2011 o IBAMA renovou a Licença de Operação n.º 384/2004 que corresponde à Linha de Transmissão Norte-Sul II, com validade de 10 anos. A Licença Ambiental decorrente da implantação da LT Norte-Sul II foi fracionada em 3 LOs, tendo em vista a entrada da operação dos empreendimentos em períodos distintos (LO n.º 320/2003 Samambaia-Serra da Mesa; LO n.º 359/2003 Serra da Mesa-Miracema e LO n.º 384/2004 Miracema-Imperatriz). Na ocasião da solicitação de Renovação das Licenças de Operação em epígrafe, foi solicitada a unificação das Licenças, que foi atendida pelo IBAMA.

Projetos de Responsabilidade Social - No ano de 2011 foram executados 11 (onze) projetos derivados da "Lei Rouanet", totalizando um aporte de R\$ 1.434. Foram incentivados projetos culturais como: exposições de obras de arte, espetáculos teatrais, eventos musicais, produções literárias, inclusive, para deficientes visuais, dentre outros. Em relação à "Lei do Audiovisual", foram aportados R\$ 1.455 em 8 (oito) projetos, sendo que 6 (seis) longa metragem; um média metragem e 01 (um) documentário. Finalizando, foram aportados R\$ 363, num projeto esportivo, por meio de incentivos oriundos da "Lei do Esporte".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Novo Estatuto Social da Taesa – Em 26 de agosto de 2011 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a reforma do Estatuto Social da Companhia que teve por finalidade: (i) a adequação às disposições do Novo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA; (ii) atribuir ao Conselho de Administração poderes para definir as declarações de voto em quaisquer assembleias gerais de qualquer sociedade da qual a Companhia seja acionista, e a orientação de voto em quaisquer reuniões dos Conselhos de Administração das tais sociedades; (iii) outorgar à Administração poderes para autorizar a prática de determinados atos nas sociedades em que a Companhia é acionista; e por fim, (iv) tornar mais clara a forma de representação da Companhia perante terceiros.

Percentual de Participação da Taesa na Brasnorte - Com o intuito de retratar de forma mais precisa a distribuição das ações que compõem o capital social da Brasnorte Transmissora de Energia S.A., o percentual de participação de cada acionista passou a ser indicado com quatro casas decimais, ao invés de duas, como era feito até então. Com relação à acionista Transmissora Aliança de Energia Elétrica – Taesa, sua participação passou a ser de 38,6645%, o que antes era 38,67%.

Receita retroativa Brasnorte - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Despacho nº 3.255, de 09 de agosto de 2011, decidiu, conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Brasnorte Transmissora de Energia S.A. contra o Despacho SCT nº 2.398/2010, exarado pelo Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da ANEEL, mediante o qual, não foi reconhecida a data de 24 de setembro de 2009, como a de entrada em operação integral das instalações de transmissão de energia elétrica objeto do Contrato de Concessão nº 003/2008 - ANEEL. A Brasnorte pretende acionar a ANEEL administrativamente no primeiro semestre de 2012, a fim de solicitar a receita parcial de uma das partes do empreendimento que estava disponível ao Sistema Interligado Nacional (SIN) na data de entrada em operação comercial, qual seja 24 de setembro de 2009. Desta forma, como os recursos administrativos/judiciais de direito da Brasnorte ainda não foram exauridos na totalidade, torna-se impossível, citar neste momento, o posicionamento final da ANEEL sobre este processo.

Melhoria dos processos - Em julho de 2011, a Taesa iniciou o Programa de Melhoria Contínua que visa criar ações que busquem melhorar o desempenho da Companhia. A primeira ação foi a contratação do INDG – Instituto de Desenvolvimento Gerencial para implantar um sistema de Gerenciamento de Processos por meio de técnicas e ferramentas que auxiliem na análise e no monitoramento dos processos.

- Estruturar a Cadeia de Valor da Taesa (mapa de processos);
- Reprojetar 2 processos identificados dentro da sua cadeia de valor;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Orientar os colaboradores na visão por Processos;
- Orientar os colaboradores na metodologia PDCA (planejar, executar, checar, agir) com foco em resolução de problemas;
- Orientar os colaboradores na metodologia SDCA (padronizar, executar, checar, agir) com foco na estruturação do sistema de padronização da Taesa;
- Capacitar a Equipe de Processos através de transferência de conhecimento prático.

Prazo de recomposição do percentual mínimo de ações em circulação - A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), com base no § 4º do art. 157 da Lei nº 6.404/76 e na Instrução CVM nº 358/02, conforme alterada, divulgou aos seus acionistas, ao mercado em geral e demais interessados que recebeu em 01 de julho de 2011 correspondência eletrônica enviada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, deferindo o pedido de extensão de prazo para a Companhia atingir o percentual mínimo de ações em circulação de 25% das ações ("Percentual Mínimo de Ações em Circulação"), conforme requerido pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa ("Regulamento"), por meio de uma oferta pública de distribuição de ações. De acordo com a correspondência, a recomposição do Percentual Mínimo de Ações em Circulação pela Companhia, nos termos do Regulamento, deverá ocorrer até o dia 30 de junho de 2012.

A Companhia deverá, ainda, manter em circulação no mercado, no mínimo, o percentual apresentado atualmente de 4,72% do capital social total até a sua recomposição. Caso as ações em circulação atinjam patamar superior a 4,72%, em qualquer momento durante o prazo acima mencionado, não será permitida a redução desse patamar, até que seja ultrapassado o percentual de 25%, quando então passará a observar o disposto no Regulamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reforços em Ibicoara e Sapeaçu - Em 07 de junho de 2011, por meio da resolução autorizativa nº 2.946, a ANEEL autorizou a Companhia a realizar reforços em suas instalações para melhorar o atendimento do fornecimento de energia na região Nordeste. Para remunerar esses investimentos, a Companhia terá direito a parcelas da Receita Anual Permitida (RAP) no valor de R\$ 9.227 conforme descrito no quadro abaixo:

EMPREENDIMENTO	VALOR DA RAP
SE IBICOARA	R\$ 1.729
Adequação do arranjo de barramento do pátio em 500 quilovolts (kV)	
SE SAPEAÇU	R\$ 7.498
Instalação de um Compensador Estático 230 quilovolts (kV)	
TOTAL	R\$ 9.227

Os prazos para entrada em operação comercial desses reforços variam entre 18 e 24 meses. Os reforços autorizados para as instalações da Taesa estão previstos na Consolidação de Obras da Rede Básica, no período 2011 a 2013. Os valores correspondentes às novas parcelas de RAP das empresas são considerados a partir do início de operação comercial dos reforços, com base na vida útil dos equipamentos.

Implantação da SOX - Lei Sarbanes Oxley - Os controles internos relativos ao exercício de 2011 foram testados pela auditoria interna da Taesa e revisados pelos auditores externos responsáveis pela certificação dos controles SOX da Cemig - KPMG Auditores Independentes, sem que nenhuma deficiência de controle fosse encontrada.

Avaliação de Desempenho - Atentos à missão da Taesa, a estratégia do negócio e aos valores de nossa organização, consideramos a Gestão do Desempenho uma ferramenta essencial para alinhar os resultados do trabalho individual aos objetivos pretendidos pela Companhia.

Assim, em nosso ciclo de avaliação realizado em 2011, referente ao desempenho no ano de 2010, os colaboradores tiveram a oportunidade de se auto-avaliar, serem avaliados pelos seus gestores, e avaliar seus gestores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Para a Taesa, o desempenho avaliado refere-se a uma expectativa ou um padrão de comportamento estabelecido. É objetivo da Gestão do Desempenho entender como o colaborador está em relação a essa expectativa. Para o gestor, é uma oportunidade de conversa franca e direta sobre o que precisa ser ajustado com o seu colaborador, bem como melhorar a comunicação com a equipe. Para o colaborador, permite conhecer seus pontos positivos e aqueles que precisam ser desenvolvidos.

Pagamento da PLR - Bônus - O Programa de Remuneração Variável da Taesa está alinhado às práticas de mercado, com um diferencial que é a valorização do PLR (Participação nos Lucros e Resultados) sobre o Bônus. Assim, não há uma "supervalorização" dos bônus gerenciais em detrimento do programa de participação nos lucros.

Para tal, cada colaborador sabe claramente quais são os objetivos da Companhia e o quanto eles estão alinhados com o planejamento estratégico da Companhia, dando a cada um dos colaboradores a dimensão e importância de sua atuação.

Fechamento dos Acordos com Sindicatos - A Taesa possui relacionamento transparente com os Sindicatos vigentes, cujas relações são definidas em Acordo Coletivo. A Taesa acredita que, por meio da comunicação eficaz e do bom relacionamento entre as partes ocorre a descoberta do interesse mútuo que resultará na elaboração de uma gama de acordos possíveis sempre em benefício para os colaboradores. No 1º trimestre de 2011 a Taesa e um de seus Sindicatos ajustaram entre si a adesão, com aceitação dos colaboradores, do regime de compensação de horas de trabalho, denominado Banco de Horas, na forma de que dispõe a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Parcela Variável - Os principais eventos contabilizados na parcela variável, no período de janeiro a setembro de 2011, ocorreram nas concessões NVT e TSN. Na Novatrans o principal evento ocorreu no SVC da subestação de Serra da Mesa em função de uma interrupção não programada de 163 minutos no mês fevereiro de 2011. Já na TSN, o principal evento ocorreu na linha de transmissão que liga Serra da Mesa à Rio das Éguas totalizando 84 minutos de interrupção não programada no mês janeiro de 2011. A provisão contabilizada para os referidos eventos foi de R\$ 2.530.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reforços Brasnorte - A Resolução Autorizativa nº 2.128, de 06 de outubro de 2009, autorizou a Brasnorte Transmissora de Energia S/A a implantar reforços nas instalações de transmissão sob sua responsabilidade (subestações de Brasnorte e Juba), bem como estabeleceu os valores das parcelas da Receita Anual Permitida. Os empreendimentos derivados dos reforços tinham como prazo de conclusão 16 meses, contados de 19 de outubro de 2009. A Portaria nº 444, de 18 de novembro de 2009, aprovou o enquadramento de projetos de reforços em instalações de transmissão de energia elétrica, de titularidade da empresa Brasnorte Transmissora de Energia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.274.998/0001-97, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI. A habilitação da empresa para operar o REIDI foi formalizada através do Ato Declaratório Executivo RFB nº 119, de 14 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010. O valor da nova receita anual é de R\$1.992 cujo recebimento se iniciou em março de 2011. A implantação do reforço foi concluída em 19 de fevereiro de 2011.

Aumento de capital na Brasnorte - Em 23 de agosto de 2010 a Assembléia Geral Extraordinária autorizou o aumento de capital na Empresa Brasnorte Transmissora de Energia S.A. A Companhia recebeu aportes de capital de seus acionistas no valor total de R\$ 12.000 e individualmente correspondentes ao percentual de suas respectivas participações conforme descrito a seguir:

	TAESA	ELETRONORTE	BIMETAL	TOTAL
10 de fevereiro de 2011		-	930	930
14 de fevereiro de 2011	3.093	3.977	-	7.070
15 de agosto de 2011	-	1.988	-	1.988
29 de agosto de 2011	-	-	465	465
30 de agosto de 2011	1.547	-	-	1.547
	4.640	5.965	1.395	12.000

Com os recursos recebidos, a Brasnorte efetuou pagamentos referentes ao Contrato EPC com a Bimetal Engenharia e Construção/Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda - R\$ 3.728, Contrato EPC com a Taesa Serviços - R\$ 607, Mútuo com a TAESA - R\$ 2.700 e outros pagamento operacionais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Certificação ISO 9001:2008 - Em 12 de outubro de 2009 a Companhia obteve, por meio da empresa certificadora Bureau Veritas, a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade - ISO 9001:2008, para a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. nas concessões Novatrans Energia S.A. e TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A., abrangendo o seguinte escopo: Prestação de Serviços de Operação e Manutenção na Transmissão de Energia Elétrica. No período de 05/12/2011 a 06/12/2011 houve a Auditoria de Manutenção e foi constatado que o Sistema de Gestão da Qualidade está implementado dentro dos requisitos da Norma ISO 9001:2008, mantendo assim a Certificação ISO 9001:2008.

Projeto maiSAP - Em outubro de 2011, a Taesa iniciou o Projeto maiSAP, com previsão de encerramento em março 2012, que tem como objetivo a implantação de melhorias no sistema SAP que visam aprimorar os controles.

As metas principais são:

- Estruturar os dados mestres de materiais, melhorias nos processos de suprimentos e administração de estoques;
- Adequação da estrutura de Projetos;
- Ajustes dos cálculos definidos pela nota técnica IFRIC 12/ICPC 01;
- Em função das melhorias nos módulos FI, MM, PS, CO e PM será feito uma adequação seguindo os padrões e determinações da ReN 367 de 26/06/2009.

Relatório Socioambiental ANEEL 2010 - Em 28 de abril de 2011 foram encaminhados à ANEEL, em atendimento ao Despacho 3034/2006, os Relatórios Socioambientais da Taesa, ETAU e Brasnorte referentes ao exercício de 2010. Os relatórios são enviados anualmente à ANEEL, até o último dia do mês de abril de cada ano, e seu objetivo principal concentra-se na demonstração das políticas e ações específicas do setor de energia elétrica, que evidenciem sua contribuição para o desenvolvimento de uma sociedade ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável, mediante incorporação do conceito de um serviço público socialmente responsável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Reforço - Compensador Estático de Bom Jesus da Lapa II - O Reforço no Compensador Estático de Bom Jesus da Lapa II, foi aprovado por meio da Resolução Autorizativa nº 2.626/10, que autorizou o recebimento, pela TAESA, de uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$148. Na sequência, por entender que o valor autorizado para a execução do empreendimento não se adequava ao orçamento apresentado pela TAESA, foi apresentado um recurso à diretoria da ANEEL, pleiteando a aprovação do orçamento previamente apresentado pela Concessionária, bem como, a adequação do valor da RAP. Por sua vez, em 27 de abril de 2011, a ANEEL aceitou o recurso apresentado pela TAESA, emitindo a Resolução Autorizativa nº 2.855/2011 que ajusta o valor da RAP da TAESA - referente ao Reforço CE BJL II, para R\$332. Na mesma data, foi expedida a Portaria nº 271/2011, por meio da qual, aprova-se o enquadramento do Reforço do CE BJL II da TAESA no REIDI.

O reforço foi concluído em 13 de outubro de 2011, data anterior a estabelecida na Resolução Autorizativa nº 2.626/10, que era 30 de novembro de 2011.

Captação de recursos - Em 20 de setembro de 2011 a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), em virtude de recentes reportagens publicadas na imprensa brasileira, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que estava mantendo tratativas preliminares com determinadas instituições financeiras referente à potencial operação envolvendo a emissão de valores mobiliários de renda fixa no exterior, sendo que, até aquela presente data, não havia qualquer espécie de entendimento definitivo entre as partes, não tendo sido celebrado qualquer instrumento vinculativo que determine os termos e condições relativos à referida potencial operação. Importante ressaltar que essa potencial operação, se e quando fosse definida, ainda precisaria ser aprovada pelos órgãos societários competentes da Companhia, o que, até a presente data, não ocorreu. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados a respeito de qualquer negócio ou fato que, na forma da legislação aplicável, deva ser objeto de divulgação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

Plano de Previdência Privada – A Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012 aprovou a implantação de um Plano de Previdência Privada a seus empregados a partir de janeiro de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, entidade fechada de previdência complementar onde a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras.

DIRETORIA	
NOME	CARGO
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Domingos Sávio Castro Horta	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
TITULARES	SUPLENTES
Djalma Bastos de Moraes	Cristiano Corrêa de Barros
Wilson Pereira dos Santos	João Procópio Campos Loure Vale
Pedro Grossi Junior	Geralda Aparecida Ferreira Leite
Isacson Casiuch	Carlos Alberto Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Luis Carlos Saciloto Tadiello	Antonio de Pádua Barbedo
Carlos Roberto Cafareli	Carlos Massaru Takahashi
Maurício Luis Luchetti (Independente)	Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha (Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes (Independente)	Thereza Cristina Nogueira de Aquino (Independente)
João Almeida dos Santos	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Jorge Kalache Filho	Luiz Ricardo da Câmara Lima
CONSELHO FISCAL	
TITULARES	SUPLENTES
Jorge Khoury Hedaye	Ronald Gastão Andrade Reis
Eduardo Alexandre Dutra Zimmermann	Cláudio Canalis Goulart
Clayton Ferraz de Paiva	Ana Paula Moraes Venâncio Amaral
José Maria Rabelo	Dio Jaime Machado de Almeida
Eduardo Cysneiros de Moraes	Paulo Nobrega Frade

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/P
CPF nº 778.993.777-49